CAPITVLOS GERAIS
APRESENTADOS A EL REY
D. Ioão nosso Senhor IIII. deste nome, XIII.

Rey de Portugal, Nas Cortes celebradas em
Lisboa com os tres Estados em 28. de Ia-
neiro de 1641. Com suas Repostas de
12. de Setebro do anno de 1642.

No 2. do seu Reynado, &
38. de sua idade.

COM AS REPLICAS, REPOSTAS,
& declarações dellas em 1645.

Por mandado de S.M. & ordem do D. Thome Pinheiro da Veiga do seu
Conselho, Dezembargador do Paço, & Procurador da Coroa.

EM LISBOA.

Por Paulo Craesbeeck. Anno 1645.

21A. 170 30 IVT 17

TRA 2 17 17

III 20 17 17

no 170 17 17

-170 17 17

170 17 17

170 17 17

170 17 17

170 17 17

170 17 17

170 17 17

170 17 17

P A T E N T E
EM QUE VÃO ENCORPORADOS
*os Capitulos Gerais dos tres Estados, & Repostas
a elles. Dadas em Cortes de Lisboa
em 12. de Setembro
de 1645.*

OM Ioão por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues, daquê, & dalem, mar, em Africa, senhor do Brasil, & de Guinë, & da cõquista, nauegação, & comercio, de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India. Faço saber aos que esta minha carta patente viré, que nas Cortes que nesta muito nobre, & sempre leal Cidade de Lisboa celebrey com ostres Estados destes meus Reynos, a vinte & oito dias do mes de Janeiro do anno passado de mil & seiscentos & quarenta & hum, me forão apresentados pellos ditos tres Estados Capitulos gèraes, nos quais me apontarão algũas couças, que para bom gouerno, & regimento de meus vassallos, subditos, & naturaes, sua conseruação, & defenção, & boa administração da justiça lhes parecerão necessarias, os quais sendo por mi vistos; Ouue por bem de responder a elles na forma conteuda nos ditos Capitulos, & Repostas às margens delles, que são as que se seguem.

TABLE

THE CONTENTS OF THE VOLUME

AND THE SEVERAL PARTS OF IT

IN THE YEAR 1703

AND 1704

1705

THE CONTENTS OF THE VOLUME
AND THE SEVERAL PARTS OF IT
IN THE YEAR 1703
AND 1704
AND 1705

CAPITVLOS DO ESTADO DOS POVS,

& repostas que a elles
mandey dar.

MVITO ALTO, E MVITO PODEROSO
Rey, & Senhor nosso.

POIS a diuina providência de Deos nosso Senhor ouue por bẽ de nos fazer tão alta merce, como foy darnos a V.M. por nosso Rey, & restaurador, a cabo de tantas calamidades, que por discursõ de sessenta & hum annos temos padecido em estranha fugei-
ção, do que agora nos vemos liures, com tantos, & prodigiosos successos, como se têm exprimentado; esperamos, & temos certa confiança, que imitando V.M. os exemplos, que deixarão aquelles tão insignes, & louuaueis Reys de Portugal seus progenitores, nos faça V.M. como Rey, & senhor proprio, & natural, renacer, & resuscitar com o valor, grauidade, & pio zelo cõ que este Reyno, & o nome Portugues excedeo a todos os mais. E que em continuação do amor, com que os senhores Reys de Portugal procurarão o bem de seus vassalos, nos mande V. M. responder às propostas, & merces, que nestes capitulos pedimos.

CAPITULO I.

Pedimos a V. M. que pois a virtude do agradecimento he a de que Deos mais se penhora, para continuar nas merce, & acrescentar nos imperios, em reconhecimento da merce que este Reyno recebeo da poderosa mão de Deos no primeiro de Dezem-

bro de leſcentos & quarêta, em o liurar do catiuero em que eſtaua; ſeja V.M. ſeruido mandar ordenar, que no dito dia ſe faça cada anno hũa prociffão ſolemne em todos os lugares do Reyno, na forma das mais prociffões da obrigação das Camaras.

R E P O S T A.

A ſſi o tenho mandado nos lugares que conuem, & vos agradeço a lembrança que neſte particular me fazeis.

C A P. I I. & I I I.

*Nobreza c.
1. & 2.
Eccleſiaſt.
cap. 14.*

P Edimos, que para bem vniuerſal deſte Reyno ſe fação capitulos com approuação de todos os tres Eſtados da ſucceſſão, & herança d'elle, renouando, & rateficando os capitulos das Cortes de Lamego, que fez o glorioſo Rey Dõ Afonſo Henriquez, fundador deſte Reyno, & ſe ordene de modo, que nunca já mais o poſſa herdar Rey algum, nem Principe eſtrangeiro; de maneira que o Rey que ouier de ſer deſte Reyno de Portugal, ſeja natural, & Portugueſ legitimo nacido no Reyno, com obrigação de morar, & aſſiſtir nelle peſſoalmente, & que pera niſſo ſe conſeguir melhor effeito, ſe nomeem, & elejão neſte Reyno tres caſas as mais Illuſtres chegadas ao ſangue Real, paraque vindo a faltar deſcendente por linha que haja de ſer herdeiro do Reyno (o que Deos não permita) ſe deuolua a ſucceſſão a hũa das familias das ditas tres caſas, guardada a ordem, & forma da vocação, ſexos, & idades, que cõforme a direito hajão de preferir, com toda a clareza neceſſaria, porque ceſſem duuidas, & inconuenientes, que a experiencia tem moſtrado, aſſi entre os ſenhores naturaes, como eſtrangeiros neſte meſmo Reyno.

*Nobreza c.
12.*

T Ambem ſe ordenarã, que quando os Reys, & Principes deſte Reyno, ou as Infantes caſarem em Reynos eſtranhos, logo nos cõtratos dos caſamentos ſe ponha capitulo ſobre não haue de ſucceder neſte Reyno, nem ſeus filhos, ou deſcendentes; porque deſta maneira ſendo aſſi celebrado, terão menos rezão de pretenderem a ſucceſſão, & de hauer diſcordias.

R E P O S T A.

M Andarey estabelecer ley para o que me apontaes no segundo, & terceiro capitulo, & ao estado da nobreza respondo, que será na conformidade do que tinha determinado o senhor Rey Dom João Terceiro, com as declarações, & moderação que parecer que mais conuem à conservação, & bem comum do Reyno.

C A P. IIII.

Q Ve por credito, & limpeza do sangue, & geração das familias Illustres deste Reyno se faça ley, que todo o fidalgo, ou pessoa, de qualquer calidade que seja, sendo christão velho, assi homens, como mulheres, não caem com pessoas da nação de christãos novos; & casando com os taes, fiquem os ditos christãos velhos, & seus descendentes inhabeis pera poderem ter honras, officios, ou cargos publicos, nem da governança, & que seus pays, & aúos os possuão desherdar liurementemente.

R E P O S T A.

T Erey muito presente o que me representaes neste capitulo, & hauendo nelle que prouer em mais do que está disposto pelas leys antigas, que vêm quasi a ser o mesmo, o mandarey executar.

C A P. V. & VI.

H E de muita importancia, que V.M. ordene fazerse hũ Concilio Prouincial de todos os Prelados deste Reyno pera determinarem muitas concordatas, que cada dia dão motiuo a se perturbarem as jurisdicções, & pera tambem de nouo se ordenar o que importa ao bom gouerno Ecclesiastico, & do clero, & frades, porque anda muito desgouernado, de que succede cada dia notauéis differenças, & vexações aos vassallos, & escandalo geral ao pouo.

Nobreza c.
1. & 2.
Ecclesiast.
cap. 4.
Ena replica.
no fim dos ca-
pitulos. E Ec-
clesiast. c. 14.

Ecclesiast. cap. 11.

*Nobreza^a
cap. 34.*

E Que se trate da reformação das Religioes, goardandose o Concilio Tridentino, para se não dispensar para frade, ou clérigo pessoa algũa de nação, nem ainda para freira, & que se não dem ordens de Epistola pellos annos que parecer conueniente, senão aos que forem prouidos em Igrejas, Dignidades, ou beneficios, paraquẽ se dem ao exercicio da guerra por hora tã o necessaria.

R E P O S T A.

*Reynos c. 99.
Ecclesiast.
cap. 11.*

M Vito bem me parece esta lembrança, & ao estado Ecclesiastico respondo, quẽ hauendo no Reyno quietação, & meyo para se conseguir este intento, mandarei tratar do que me pedis nestes capitulos 5. & 6.

C A P. VII.

Q Ve os Mosteiros de frades, & freyras não possaõ herdar, & haja moderação nos dotes das freyras.

R E P O S T A.

*Lib. 2. tit. 18.
& tit. 16.
Ord. de Dõ
Afonso 5. lib.
2. tit. 1.*

E Stã prouido quanto baste pella concordia, & ley antiga do Reyno, & quanto aos dotes das freyras mandarey conferir a materia, & ordenarey se tome o meio que parecer mais conueniente.

C A P. VIII.

Q Ve nenhum Religioso possa escreuer em testamento que fizer, legado, ou herança, que se deixe ao seu Mosteiro, por euitar inconuenientes, & persuasões aos testadores, & que pello mesmo caso fique a tal disposição naquella parte nulla.

R E P O S T A.

P Areceme bem o que dizeis, & farey ley sobre este particular.

C A P. IX.

Q Ve nenhum Prelado seja occupado em cargo que o tire de residir no seu Bispado, por quanto da falta de sua ausencia nasce muito damno, & escandalo a suas ouelhas.

R E P O S T A.

A Materia deste capitulo me fica em lembrança, para se ha-uer de proceder conforme conuier ao seruico de Deos, & bem comum.

C A P. X.

Q Ve os Mosteiros de Religiosas sejam sугeitos ao Ordinario, porque serão melhor gouernados, & prouidos, pedindoo V. M. assi a Sua Santidade, & ficarião os Religiosos com mais clausura, & as Religiosas com menos custos.

R E P O S T A.

P Areceme bem o que dizeis neste capitulo, & de minha parte se darà conta a Sua Santidade, paraque mande prouer na forma que conuem ao seruico de Deos.

C A P. XI.

Q Ve pello amor de Deos, & o que deue à charidade christãa se ordene com o Ecclesiastico, que falecendo em qualquer freguezia algum pobre, aindaque seja forasteiro, o enterre, & acompanhem os Padres da Parochia, onde falecer sem esmola, &

lhes dem sepultura graciosamête, porque he de grãde lastima, & escandalo vniuersal estar se pedindo esmola para se enterrar hum christão, & se dar o dinheiro aos clérigos, tendo elles mayor obrigação de usarem desta charidade, pois comem os dizimos, & interesses, que muitas vezes aquelles pobres defuntos lhes cultuiarão.

R E P O S T A.

HE muito digna de vossa piedade a lembrança que me fazeis neste capitulo, emcomendarei aos Prelados que o fação declarar por constituição em seus Bispos, & que em quanto o não faz em prouejão de remedio conueniente.

C A P. XII. XIII.

QVe hauendo Cardeal natural deste Reyno, sirua de Nuncio, & tambem seu Auditor seja Portugues, & conuem assi muito ao bem do Reyno, & sendo o Nuncio estrangeiro, seja seu Auditor Portugues, pessoa docta, & que como tal entendendo as leys, & praticas do Reyno, atalhê as differenças que ordinariamente ha entre as juridicoes, & lhes não seja necessario pessoa que lhes lea os feitos, que se processão na legacia em Portugues, & que os officiaes sejam Portugueses, & christãos velhos.

QVe no juizo da legacia se ponha taxa nos rescriptos, & papeis com a conueniencia necessaria, & se limitê os officiaes, que ha nelle, para que os papeis não passem por tantos registros, porque os Nuncios por aproueitarê seus criados instituirão officios superfluos, cõ grande vexação, & custos dos vassallos de V.M.

R E P O S T A.

FIco aduertido do que me propondes nestes dous capitulos 12. & 13. que sempre se teue por muito importante à boa administração da justiça, & para que chegue a effeito, se farão todas as diligencias possiveis.

C A P. XIII. XV.

COnuem muito ao bem publico deste Reyno tiraremse os juizes conseruadores, que as Religioes nelle tem, porque exceedem sua jurisdicção, & tomão conhecimento de todas as causas que lhes leuão, & sentencião a gasto, & fauor das Religioes pello interesse que lhes dão, & abração com censuras injustas aos seculares, que gastão suas vidas, & remedio em se defenderem, & perturbarem os juizes; & ordinariamente estes juizes são pessoas Ecclesiasticas, & não tem de ver com as leys do Reyno, nem fazem audiencias publicas, & dilatão as causas às partes, com que se consumem fora de suas terras.

PAra se remedear este dano, que he hum dos mayores que este Reyno padece, não haja outros juizes mais que os seculares, que são competentes pera todos os casos de forças nouas, ainda entre pessoas Ecclesiasticas, por quanto os ditos conseruadores sò para estas causas são dados, & assi se vê são escusados.

R E P O S T A.

COm a resposta que mandey dar ao estado Ecclesiastico sobre esta mat. ria, se satisfaz ao que nestes capitulos 14. & 15. me representais.

C A P. XVI. XVII.

QVe se ordene com que não haja renunciações de beneficios, por quanto se fazem hereditarios, & ordinariamente ficão em pessoas inuteis, que não são de vtilidade à Igreja, nem no espirital aos fregueses; & prouendose por concurso de opposições em homens doctos, & de limpo sangue, hauerá mais letrados, & as Igrejas serão mais bem seruidas, & autorisadas.

QVE se não prouēja beneficio algum em homem que tenha raça de Christão nouo, peloque a experiencia tem mostrado, & que se não concedão penções nos beneficios deste Reyno aos estrangeiros delle.

R E P O S T A.

*Ecclesi. 37.
cap. 3.*

EStã satisfeito cõ a resposta que mandei dar ao capitulo terceiro do estado Ecclesiastico; & quanto a não se prouerem beneficios em pessoas que tenham raça estã prouido por Breues de Sua Santidade.

C A P. XVIII.

QVe se faça com os Prelados ordenem hum Hospital, a que se apliquem penções pera renda bastante, em que se recolhão os clérigos que não estiuerm em estado do exercicio das Ordens, & não tiuerem donde se sustentar, para serem alimentados, porque não pereçam, nẽ defautorem o habito sacerdotal.

R E P O S T A.

QVando se ouuer de cõuocar o Concilio Prouincial, que me pedis no 5. & 6. capitulos, se tratará desta materia.

C A P. XIX.

PEdimos a V.M. que o Governador da Iustica da Relação do Porto seja temporal, como os mais do Reyno, que será em grande vtilidade de seus vassalos, & boa administração da Iustica, & que o dito Governador não possa prender de seu poder absoluto, & que não prouēja officios em seus criados, nem nos Dezembargadores.

R E P O S T A.

O Governador do Porto não he Governador da Cidade, ou Prouincia, pera hauer de ser triennal; he Presidente da Relação, como são os dos mais tribunaes do Reyno, que não tem limitação de tempo: sem embargo do que procurarey accommodarme, como for possiuel, ao que me pedis. E quanto a não proouer officios em criados seus, ou dos Dezembargadores, pareceme bem o que apontaes, & mandarey fazer ley geral pera todos os tribunaes.

C A P. XX.

E Que os Tribunaes se visitẽ de tres em tres annos, premian-do os ministros benemeritos, & castigando aos culpados, que assi se fará justiça.

Nobrez. 6.
14. 15. 16.

R E P O S T A.

As leys do Reyno tem prouido neste caso, & o em que parecer mais necessario mandarey fazer o que cumprir.

Lib. 1. tit. 1.
§. 41.

C A P. xxj. xxij. xxij. & xxiiij.

QU E se fação os menos luizes de contratos que possa ser, & se tirem muitos dos que ha demasiados, por ser grande o dano que o pouo recebe com isso, que se perde a justiça, por quanto são luizes particulares, & as audiencias se fazem em casa dos lulgadores, & poucas vezes, & assi são eternas as causas, & as partes recebem grande molestia, & gastos, & peor he que aquelles que não querem pagar o que deuem, & outros para serem malfeitores se fazer priuilegiados das ditas conseruatorias, & outros por trazerem fora da terra seus contendores.

Nobrez. 6.
18.
Ecclesiast.
cap. 19.

PEdem a V. M. que por remedio mande, que os taes luizes Conseruadores não tomem conhecimento de causa algũa, se não somente daquellas que tocarem, & pertencerem precisamente às cousas do mesmo contrato, & não de cousas diuersas, & que assi va por capitulo nos contratos, que se fizerem, a que se de-rem Conseruadores.

QVE

QVE os ditos Conseruadores dos taes contratos sejam juizes da primeira instancia, conhecendo das causas do contrato, via ordinaria atè sentenças definitiuas, dando appellação, & aggrauo, como se vza na conseruatoria da moeda, sendo que he incorporada em direito.

QVe as taes conseruatorias não tenham Juizes certos na Relação, nem despachem com adjuntos, mas antes só se guarde o que nas mais appellações, & aggrauos por distribuição comum, porque a experiencia tem mostrado fazeremse grandes injustiças com hauer Juizes certos, & de Relator, com adjuntos, assalariados pelos Contratadores.

R E P O S T A.

Nobreza c.

18.

Ecles. c. 19.

EStá prouido ao que me representais nestes capitulos 21. 22. 23. & 24. com a extinção geral que mandey fazer dos Conseruadores seculares.

CAP. XXV.

Nobreza c.

15.

EFora muito bõ remedio ordenar, que os quarenta Aduogados da casa da Supplicação sejam todos homens christãos velhos, para que dos taes se criẽ, & prouejão as judicaturas, depois de terem quatro annos da Casa, praticos, & curiaes, que como taes tẽ obrigação de fazerem inteira justiça às partes com menos queixas de appellações, & aggrauos, ao que já respeitou a Ordenação lib. 1. tit. 35. §. 2. que mandaua eleger por Dezembargadores aos taes Auogados da Casa; & já em tempo de ElRey Dom Philippe Segundo se ordenaua assi por carta sua, & cõ isto fora a Casa da Supplicação mais autorizada, & teria quem com mais conciencia aconselhasse as partes.

R E P O S T A.

TEnho por muito conueniente o que me apontaes; hey de mandar ver a forma em que isto se poderá melhor dispor, & breuemente espero mandalo executar.

C A P. XXVI.

Que se não concedão alçadas pera fora desta cidade, senão for em algũ caso de lesa Magestade Diuina, ou humana, ou tal que seja raro, porque se tem destruhido os vassallos deste Reyno com as muitas alçadas, que de annos a esta parte se concedẽ por qualquer leue causa, & qualquer respeito de amizade, sem terem outro effeito mais que vingança de odio, por não terem por outra via ordinaria rezão de justiça: & quando em outro caso se haja de conceder, será obrigada a parte, que requiere alçada, a depositar o dinheiro dos gastos, & de outra maneira se não conceda.

*Nobreza
cap. 19.*

R E P O S T A.

Fico aduertido do que me dizeis das alçadas para mandar que se não consultem senão em casos tão graues, que se não possa escuzar este castigo, & exemplo.

C A P. XXVII. & XXVIII.

Que se dem bairos accomodados no coração da cidade, & junto da Relação, aonde morem os ministros da Iustiza de toda a qualidade, pera as partes poderem com commodidade, & com menos molestia requerer seus negocios, como já por muitas vezes se intentou, & agora ha mayor razão de se concluir, pois com assistencia de vossa Real Magestade he imperio do mundo, & todos os negocios haõ de acudir a esta Corte.

Que pella mesma rezão se dem bairos aos mais ministros de todos os mais Tribunaes.

R E P O S T A.

Terey lembrança do que me propondes nos capitulos 27. & 28. para o mandar tratar, como o Reyno tiuer mais quietação.

C A P. XXIX.

Que os Iulgadores oução os presos que lhes leuarem por serem presos de noite, absoluendoos, ou condenandoos co-

mo

*Esta consultado em Ma
yo 645.*

mo a justiça o pedir, & não por recados que lhe leuão seus criados.

R E P O S T A.

Affí o tenho mandado.

C A P. XXX.

Que se tire residencia, ou deuaça cada tres annos de todos os Escriuaes, & mais officiaes de justiça, pessoas seculares, que seruem nos juizos Ecclesiasticos da legacia, & do Ordinario, & das Ordens, & conseruatorias; & assim tambem de todos quantos Iuizes Ecclesiasticos, & seculares ha no Reyno, acerca dos Ministros seculares que nelle seruem, & que as ditas residencias tirem os Syndicantes quando forem àquellas comarcas tirar algũas residencias, & nellas entre Escriuão da Camara, das fizes, & dereitos Reaes; & he em grande prejuizo publico deixarem de ser castigado todo, & qualquer official, que tiuer cometido culpa.

R E P O S T A.

As leys do Reyno dispoem em tudo o que apontaes; mandarey que se guardem inuiolauelmente, & hauendo algũa couza em que de nouo se deua prouer, terey lembrança de a ordenar.

C A P. XXXI.

Que se obriguem todos os proprietarios a seruirem seus officios, não se admittindo seruentia algũa, senão aos que por idade, ou enfermidade estiuerm totalmente impedidos; & aquelle que em rezão da idade se achar por impedido, não será mais admitido a seruir, & assim se atalharão grandes falsidades, que os seruintuarios costumão fazer, pois se ha de tirar do officio pera o proprietario, & pera si.

R E P O S T A.

Affí o tenho mandado.

C A P. XXXII.

Officio de Mamposteiro das Comarcas se podia escuzar, annexandose ao Corregedor, ou Prouedor da Comarca, por se escuzarem tantas vexações dos vassallos de V. M. cõ

aponta-

*Ordin. lib. 1.
tit. 60. & l. 1.
de 602. no
fim da Ord.
Em Dez. 76.
de 644. que
o Prelado to-
me residen-
cias, alias
El Rey pre-
mura.*

*Por tres de-
cretos de 14.
de Maio, &
20. de Sete-
bro, & 12. de
Fevereiro de
642. no Pa-
ço.*

apotentadorias, & quando não, se lhes tire residencia, & cada tres annos se lhe tomê contas, & o mesmo ao Mamposteiro mór, porque fazem muitas cousas fora de sua jurisdicção, por consumir em si a fazenda dos pobres.

R E P O S T A.

Sobre o que neste capitulo me apontaes tenho mandado fazer diligencia, com o que della resultar mandarei prouer de remedio.

CAP. XXXIII. XXXIII. XXXV.

Que se mande cūprir inteiramente o Regimento antigo dos Contos, para mais aproueitamento da fazenda Real, menos vexação dos vassallos, por quanto os ministros dos Contos, & os rendeiros dilataõ as cobranças cõ peitas, fazendo disso negociação, & ganância, & vem a fallecer os devedores, & despois executaõ suas molheres viuas, & a seus filhos orfaõs, que não tem clareza pera se defenderem, & pagão o que não deuem a cabo de dez, vinte, trinta, quarenta, & mais annos.

O Vtras vezes errando os nomes, ou não achando as pessoas devedoras, por serem fallecidos, & ausentes, executaõ outros innocentes, que acertaraõ chamar-se do mesmo nome, ou que possuem algũa fazenda que algum tempo possuhio o devedor, & com estas vexações destroem o pouo, & fazem vir os pobres de muitas legoas: o que tudo cessa com que se pratique inteiramente o Regimento antigo, que obriga aos officiaes pagar de sua fazenda, & os rendeiros que o percaõ, & sejam punidos crimemente.

Que se remedeem os grandes clamores dos pousos nas injustas vexações dos ministros dos Contos, que mandão caminheiros a custa dos pobres cobrar diuidas, que estão já pagas, & não aceitão as descargas que os executados apresentaõ por quitação, & trazem os pobres arrastados a esta Corte, & os caminheiros lhes fazem vender os bens para se pagarem de seus salarios.

R E P O S T A.

TVdo o que me dizeis nestes tres capitulos 33. 34. & 35. me parece digno de consideração; mandarei ver os Regimentos por pessoas de sciencia, & experiencia para se prouer como cumprir; & assim nos excessos dos officiaes, de que se me faz queixa.

C A P. XXXVI.

PEdem a V. Magest. mande, & ordene aos Julgadores a quem os precatorios forem apresentados, tomem conhecimento das quitações que as partes mostrarẽ, & fação sobestar na execução, inuiando os documentos aos Contos, pera se aueriguar a verdade; & achandose que procederão mal os officiaes dos Contos, sejão graueamente condemnados, & castigados nas perdas, & danos que causaraõ às partes; & que o estipendio dos caminheiros se não pague pellos executados, nem se vendão seus bens, atè a verdade se aueriguar.

R E P O S T A.

Mandarei ver a forma em que nisto se pode prouer.

C A P. XXXVII.

QVe se estranhe, & castigue com grauíssimas penas aos officiaes da fazenda Real, dos Tribunaes, & dos Catiuos, & outros semelhantes, que tomaõ diuidas de terceiras pessoas pera as executarem com poder de seus officios, prendendo, & penhorando aos devedores que não estão obrigados em nada á fazenda Real, que fingem os ditos executores, que as tomão em pagamento, & fazem disto mercancia, & pactos de grande interesse, tirando aos pobres a defeza natural de serem ouvidos de seu direito, sendo assim que está grandemente reprovado pellas leis do Reyno, & direito comum cõ grauíssimas penas, que se deuem praticar, & executar.

*Ordin. lib. 3.
tit. 39.
Ordin lib. 4.
tit. 14. & tit.
10. §. 5. & 6.
Tit. Ne li-
ceat poten-
tior. tit. ff.
alien. iudic.*

R E P O S T A.

Farei lei sobre este particular com as penas necessarias para remedio do que me apontaes.

C A P. XXXVIII.

QVE aja reformação em todos os Regimentos dos officiaes da Iustiza, ou se fação cumprir inteiramente os Regimentos antigos, que isso basta, sem se poder allegar estylo, & costume em contrario, por quanto os roins tempos introduzião effes maos costumes pera se roubarem as partes, leuandose-lhes mais selario do que os Regimentos mandão, & sentenças, & papeis superfluos, que inuentaão para mais ganancia.

*Provido na
Ord. lib. 1. tit.
2. §. 5. & tit.
4. §. 2. & tit.
36. §. 6.*

R E P O S T A.

Està prouido por minhas Ordenaçoens, & à obseruancia dellas, he obrigação a que se acuda com todo o mayor cuidado.

C A P. XXXIX. XXXX. XXXXI.

QVE se prohiba ao Fisco mór, & Cirurgiaõ mór que não tirem de uassas, nem se lhes concedão prouisoões para isso: por quanto destruem os pobres do Reyno com ellas; em rezaõ de que condemnaõ pera si mesmos, & não releuão, nem absoluem pessoa, por mais innocente que esteja, trazendo logo trinta, & quarenta pessoas arrastadas de fora desta Corte, & somente conheçaõ daquellas, que os Corregedores das Comarcas lhes remeterem na forma da Ordenação lib. 1. tit. 58. §. 33. porque aos taes compete deuassar disto.

*Ordin. lib. 5.
tit. 72.
Lib. 1. tit. 1.
§. 1. tit. 2. §. 5.
E. tit. 24. §.
22.
Tit. 14. §. 3.
& fin.
Regimẽto de
grade & fenda.*

QVE os ditos Fisco, & Cirurgiaõ mór não possaõ aplicar para si mesmo (como elles fazem) que he contra todo direito diuino, & humano, & que as penas se apliquem ao Hospital Real de todos os Santos.

QVe o dito Físico, & Cirurgião mór conheção das causas em primeira instancia até final sentença, dando appellação, & aggrauo pera os Ouvidores da casa da Supplicação: por quanto elles sentençaõ como querem, & mandão assinar as sentenças por hum criado seu ao Corregedor da Corte que tem por amigo, o qual sem prouar os autos as assina, sendo que não guardaõ nisso o Regimento, que manda que sentenceem ambos juntos, pera o Corregedor da Corte ver a verdade dos autos; o que tudo se faz pello contrario em destruição do pobre pouo.

R E P O S T A.

Enfrim. 4.
partit. 17. l.
16. 17. 18.

Sobre o que me apontaes nos tres capitulos 39. 40. 41. tem prouido minhas Ordenações, & de nouo mandarei ver, & reformar os Regimentos destes officios, & ordenar que não possaõ condenar para si, como me pedis no capitulo 40.

C A P. XXXII.

QVe obriguem aos medicos, & cirurgioes recitem as medicinas pera os boticarios em lingoagem Portugueza, que as entendaõ todos, porque assim se vza no Hospital Real, & para com o pouo se dà mayor rezaõ, por quanto a mayor parte dos medicos, & boticarios, & cirurgioes são Christãos novos, & também de pouca sciencia (como he notorio), & corrê grãde perigo em seu poder as vidas das gentes do Pouo.

R E P O S T A.

Assi o tenho mandado, & que o pezo se não ponha por cifra.

C A P. XXXIII.

Premis. 6.
Ley ce 30.
Mayo 1599.

QVe nenhũa pessoa aprêda officio de boticairo sem primeiro tirar informação perque conste que não tem parte alguma de nação.

R E P O S T A.

MAndarei prouer como conuem sobre o que me dizeis neste capitulo.

C A P. XXXXIII. & XXXXV.

Q Ve nos precatorios, & mandados que se passarẽ pera prender por culpas se declare nelles a qualidade dellas, pera os pobres presos se saberem defender, & o julgador que os prender, lhes diferirà às suas cartas de seguro.

Q V E se guardem, & valhão cartas de seguro negatiuas em casos de deuaça, pella occasiã presente das guerras, que foi a causa porque ellas forão introduzidas.

*Ordin. lib. 5.
tit. 630. §.
fin.*

R E P O S T A.

P Arece està conuenientemente prouido em cada hũ dos casos destes dous capitulos, pellas leis, & estilos do Reyno, & que naõ conuem declarar nos precatorios o segredo da justiça, principalmente quando conforme a direito os requerimentos sobre a prisão se deue fazer ao Julgador que a determinou: mas mandarei aduertir, que nos casos em que não for precisamẽte necessario o segredo, se passem em forma os precatorios, que naõ se dê occasiã aos inconuenientes que apontaes.

*Ordin. lib. 5.
tit. 119. §. 5.
fin. Ena re-
formaçã da
Justiça de
1610.*

C A P. XXXXVI.

Q Ve sejaõ obrigadas as Camaras das cidades, villas, & lugares do Reyno reformarẽ de nouo as posturas, & regimẽtos, por quanto cõ as occasiões dos tempos se alterã, & mudaõ as cousas, & os Almotaceis, & mais ministros molestãdo os pouos cortaõ pella rezaõ natural, pegandose às posturas antigas, sò por tirarẽ dinheiro, & o mayor mal he, que ora vzã das nouas, ora das velhas, segũdo a paixã, & odio de que querẽ vingarse, o que se deue emendar cõ cuidado, reformandose conforme ao estado do tempo presente.

R E P O S T A.

E Está prouido pellas Ordenaçõs do Reyno, & mandarey aduertir sobre a obseruancia dellas.

*Ordin. lib. 1.
tit. 66. §. 28.
& 29. E lib.
1. tit. 58. §.
170.*

CAP. XLVII. XLVIII.

P Edimos a V. Magest. mande com breuidade bater moeda de cobre em copia, & de toda a sorte, pella muita falta que della ha, que he grande a oppressão que se padece no comprar, & vender pello miudo ao Pouo, & tambem perecem os pobres mendigos por esta muita falta.

O Ve se faça praticar com effeito, & rigor a pena da Ordenação lib. 5. tit. 12. . 1. sobre quaesquer pessoas, que desfizerẽ, & fundirẽ moeda de ouro, prata, ou cobre, por quanto se ve manifestamente, que a rezão de faltar a de cobre, foi porque os caldeireiros a forão desfazendo, & fundindo, pello grande proueito que tinham, & se atalhe, porque a moeda não vã pera fora do Reyno.

R E P O S T A.

M Andarei executar o que me apõtaes nestes dous capitulos, 47. & 48. & ter o tento que conuem peraque se não desfaça a moeda, que he tão necessaria pera o vso, & pera não fahir fora do Reyno, tenho prouido, como vereis pella reposta que mandei dar ao capitulo 13. do estado da Nobreza.

CAP. XXXIX.

Q Ve sendo necessario, & forçado auer rendeiros, & contratadores, se lhes não admita em seus contractos condição alguma em prejuizo do bem comum dos vassallos, & posturas das Camaras do Reyno em geral, nem em particular, nem que possa prejudicar ao liure aluedrio, & vontade de cada hum; & pondo se alguma condição contra a liberdade comum, não seja valiosa, porque os taes contratadores sò trataõ de seu particular proueito.

R E P O S T A.

N As clausulas que se costumauão pòr sobre conseruadores, & priuilegios, tenho prouido como se vos respondeo no capitulo 21.

*Ecles. 19.
Pouos 22. &
24.*

*Nobreza 1.
18.*

QVE se guarde a Ordenação, & leys que se passarão sobre se darem as fismarias, por ser de grandissima utilidade, & que se cultiuem, & laurê os paës, que he a mantença deste Reyno, como se tem visto.

*A Ord. lib. 4.
tit. 43. & 6.
35. de Cortes
de D. Ioão 3.
anno 1534.*

R E P O S T A.

NAõ se reuogaraõ ategora as leys, que sobre as fismarias, & prouisaõ da agricultura estaõ promulgadas, antes as mando de nouo guardar, & abertura dos pauestenho posto em pratica, & se me tem já consultado os meynos porque se poderá fazer mais conuenientemente.

*Prouisaõ de
1629.*

C A P. LI.

QVE aos lauradores se dem priuilegios, & liberdades, quãis o senhor Rey Dom Diniz, & os mais deste Reyno lhes concederão, & que ainda se lhes acrefcente, por quanto são os neruos da Republica, & ha muitos annos que andão auexados, & tiranizados, com que estão hoje muito debilitados.

R E P O S T A.

AGradeçouos a lêbrança que me fazeis sobre o fauor, & priuilegio dos lauradores, mandarei cumprir inteiramente os que lhe estão concedidos pellas leys, & Ordenações do Reyno. E apontandome mais algũ, lhes mandarei diferir.

*Ordin. lib. 1.
tit. 86. §. 23.
Auth. Agri-
cultores C.
qua res pign.*

C A P. LII. LIII.

QVE o Cosmografo mór dê escola publica, como he obrigado, pera que os homens do mar sejaõ nella ensinados da arte de marear, & os obriguem a que continuem nella, & naõ continuando naõ sejaõ prouidos em officio de mareante.

ESejaõ prouidos constando que o fazê, & ferà de grande utilidade, que no recolhimento dos meninos orfaõs, ou no que chamão de Santo Antonio, se recolhão muitos moços, & se

lhes aplique renda pera seu sustento, porque ali os entinem da arte de marcar, com que auerã sempre mareantes em abundancia, de que este Reyno està muy falto; & deste capitulo ha exemplo no Hospital que fez a Rainha de Castella em Madrid, para ensinar moços a mareantes, pella falta que delles hauia.

R E P O S T A.

M Andarey que o Cosmografo môr lea sua lição no lugar destinado pera isso, & ordenar o que mais me pedis neste capitulo 52. & 53.

C A P. LIII.

Q V E aja tambem pera os artilheiros Mestres, que estejam com elles nas fortalezas ensinandoos, & adestrandoos, & que tenham os aparelhos de seu menisterio bem concertados, & se lhe fação seus pagamentos a tempo, com que aja muitos artilheiros no Reyno, & bons officiaes, porque muita falta delles ha, & porque não seja necessario valermonos dos estrangeiros, que não guardão a fidelidade que conuem.

R E P O S T A.

T Enho mandado executar o Regimento que hauia, por ser o que mais conuinha para se cõseguir o que me pedis, acrescentandolhe o que parecer necessario, conforme ao estado presente.

C A P. LV.

Q V E não se pagem direitos de trigo que vem das Ilhas para este Reyno, nem de outras partes vltamarinas, por quanto he mantimento tão preciso, que he necessario vir sempre, & ser de sobejo, & com a liberdade virã muito mais.

R E P O S T A.

O Que neste capitulo se me pede, costumaua conceder por prouisoões temporaes, mas hora querendo comprazeruos, concedo o que me pedis, & mandarei fazer nesta forma declaração nos Regimentos.

CAP. LVI.

Que se ponha prematica nos trajos, & vestidos dos homens, & molheres, assim em ouro, prata, cedas, & mais guarniçoões, dando-se nisso forma conforme às qualidad: s dos Estados, pera se atalharem as demasiadas despezas, & desordens que nisto ha, que necessita de grande reformação, em especial os guarda-infantes, & tanta copia de coches.

R E P O S T A.

Tinha mãdado fazer prematica antes de mo pedirdes, & agora a mandarei publicar.

CAP. LVII.

Que se castigue graueamente toda a molher que se chamar de Dom, não sendo de qualidade das pessoas de que fala a Ordenação, & se pratiquem as leis penaes que ha no Reyno sobre esta prohibição, porque se tem chegado com a tinha de Castella, a que as molheres mundanas se chamão de Dom, em descredito da nobreza do Reyno.

R E P O S T A.

As Ordenações do Reyno tem prouido neste caso, mandarei que não aja descuido na execução dellas.

CAP. LVIII.

Que se prohibão as gadelhas, & cabeleiras grandes nos homens, & se reduzão á authoridade, & grauidade Portugueza antiga.

R E P O S T A.

Fico aduirtido para mandar acodir ao excesso que ha nesta materia.

*Feita em 19.
de Julho de
643. & se
faz outra ge
ralem Mayo
de 645.*

*Ordin. lib. 1.
tit. 93. §. 7.
E lei de 3. de
Janeiro de
1603.*

C A P. LIX.

Ecclesi. 21.

HA muitas causas por onde não conuem ao seruiço de Deos, & bom gouerno deste Reyno serem prouidos em cargos, & officios de justiça, ou fazenda, & que não entrem na gouernança das Cidades, & Villas christãos nouos, nem tenham habitos das tres ordens militares. Pedimos que na melhor ordem que a V. Magest. parecer, mande prouer, & ordenar com que as taes pessoas de nação, aindaque tenham sò parte, não andem, nem siruão nos ditos cargos, & officios, & os que ora estão nelles prouidos, V. Magest. lhes mande dar a euasão que mais conueniente parecer, com o resguardo, & tento que conuem, para se escusarem escandalos.

R E P O S T A.

Sobre o que me pedis neste capitulo se tem já passado as ordens necessarias, & parecendo que de nouo ha mais que prouer, o farei na forma mais conueniente ao seruiço de Deos, & meu.

C A P. LX.

Pedimos a V. Mag. mande dar ordem com que as residencias, que atégora tomauão os letrados huns aos outros, as não tomem como atéqui se fazia, pellos inconuenientes que nisso ha, & se tirem sospeitas, que sendo todos de hũa profissão dissimularão, & passarão as culpas que acharem; & que estas residencias se tomem per pessoas leigas, que tenham as qualidades que pera o tal caso se requerem.

R E P O S T A.

Tercy lembrança do que me apontaes.

C A P. LXI. LXII.

PAdecem os vassallos de V. M. muitos trabalhos, & vexações pellas duuidas, & pendencias que cada dia tem sobre os prazos Ecclesiasticos. Pedem a V. M. seja seruido supplicar a Sua Santidade faça estes prazos fateosins, como se diz foi concedido a ElRey Dom Sebastião, que está em gloria.

Que os prazos seculares outrossi sejaõ perpetuos, & que das rendas de todos se pague a quarentena na forma de direito, & não de cinco quatro, & tres, como se tem introduzido em alguns mosteiros.

R E P O S T A.

MAndarei fazer diligencia pella concessão que nestes capitulos 61. & 62. dizeis se passou em tempo do senhor Rey Dõ Sebastião; & considerada a materia destes dous capitulos, se fará o que parecer mais conueniente.

C A P. LXIII.

EQue os ditos prazos se não partaõ senão por estimação, não obstante o costume que ouier em contrario.

R E P O S T A.

EStã prouido pella ley do Reyno, que se pratica em minhas Relações, com a destinação que por ora mais conuem ao beneficio dos Povos.

C A P. LXIII.

Que se não dê espera a nenhum mercador quebrado, & que nelle se executem as penas da Ordenação, pella malicia que nisso se pode considerar, & por se não executarem as penas, quebraõ tantos, leuantandose com a fazenda alhea, de que se segue muito damno aos vassallos de V. M. & que os Dezembargadores do Paço nisto não possaõ dispensar.

R E P O S T A.

MAndarei que se executem com effeito as Ordenações, & leys que disto trataõ.

C A P. LXV.

EPorque he duuida se ha representação quando o morgado he feito por transuersal, & succede transuersal, que ficou por decidir

*Ordin. lib. 4.
tit. 96. §. 24.
& 25. & tit.
97. §. 24.*

*Ordin. lib. 5.
tit. 66. §. 1.
& 2. Lib. 4.
tit. 74. §. 7.*

*Ordin. lib. 5.
tit. 66. §. 2.*

dir na Ordenação liuro 4. tit. 100. in fine princ. Pedesê a V. Magest. o mande determinar, & assi nos mais casos em que se puder dar determinação, por escuzar opinioes.

R E P O S T A.

QVando se compilar a Ordenação, como adiante me pedis no cap. 83. se verá esta materia, & se farão nella as declarações que parecerem necessarias.

C A P. LXVI.

PEdem a V. M. seja seruido que se possaõ tirar segunda vez escrituras de notas, jurando as partes que não sabem das primeiras, por escuzar custos a seus vassallos, sem requeterem na mesa do Dezembargo do Paço.

R E P O S T A.

Assi o mandarey.

C A P. LXVII.

EQue a Ordenação lib. 1. tit. 65. §. 21. que dà prêmio aos que matarem lobos, se guarde na forma della, por quanto de alguns annos a esta parte se tem mandado do Tribunal da fazenda aos Almozarifes, & executores que não paguem, donde resulta hauer muita criação delles, & os criadores padecem grandes perdas em seus gados.

R E P O S T A.

FArcei guardar o que está disposto pella Ordenação do Reyno, pera que se pague, & leue em conta na forma della aos Almozarifes.

C A P. LXVIII.

PEdem a V. M. aja por seu seruiço, que nenhum ministro case criada sua com pessoa que pretenda entrar no seruiço de V. Magest. & o que com ella casar, não seja nunca despachado em cargo de letras, por resultar de semelhantes casamentos despacharense

Esta Crd. he do anno de 549. Del Rey Don João 3. Chronicalib. 4. cap. 44. E cap. de Cortes de 1534. F. l. 1. Ced. verat ser. lib. 10.

charense homens que não merecem taes cargos, & os antepõem aos que tem muitas mais partes, & merecimento. Materia de grande escandalo, & restituição.

R E P O S T A.

PArece-me bem o que apontaes neste capitulo, mandarei fazer ley sobre a materia delle.

C A P. LXIX.

OS senhores de terras sejam obrigados a porem luizes de fora letrados nos lugares grandes, & Ouvidores em seus estados, approuados pella mesa do Paço; aonde não serão admitidos sem darem residência.

R E P O S T A.

EStá bastantemente provido em cada hum dos pontos deste capitulo; & aos Donatários mandarei aduertir paraque senão descuidem das obrigações que nisto tem.

C A P. LXX.

OS homens nobres que consta viuerem á ley de nobreza, & forem fidalgos de Cotta d'armas, & geração de solar conhecido por sy, seus paes, & antepassados; postoque não sejam filhados; V. Magest. seja servido de lhes conceder que siruão comendas nas Armadas, & Africa, & se lhes passem cartas como fidalgos de seus liuros; & o mesmo se entenda nas fortalezas da India, & que quando para ellas forem, se lhes dem filhamentos.

R E P O S T A.

NOs casos, & pessoas em que a rezão, & bom gouerno pedirem se faça o que apontaes, ter a lembrança de o mandar.

C A P. LXXI.

Vossa Magestade nos faça merce mandar declarar por ley expressa quais são as pessoas nobres que neste Reyno gozão de priuilegio da nobreza; porque não parece rezão, que este

sómente

*Ordin. lib. 2.
tit. 45. §. 41.
c. 47. & no
1. ponto o §.
13.*

somente se reduza aos fidalgos que tem foros, & estão amentados nos liuros da Casa Real, que serão inuentados para serviço particular dos Reys; & não deue escurecer a nobreza geral do Reyno, pois se não pode dizer que deixou de ser nobre o que não veyo à Corte servir na Casa dos Reys, se elle o foi por seus ascendentes

R E P O S T A.

As leis do Reyno, & as do direito dos Romanos, tem provido neste caso conforme à qualidade, & condição das pessoas, & de maneira que parece não he necessaria fazer nelle noua disposição.

C A P. LXXII.

Ord. lib. 1. tit. 69. & tit. 70.

tit. 69. §. 1. l. tit. 70. §. 2.

Os Prouedores não he conueniente mandem prender aos Vereadores das Camaras pelloque elles proprios não deue, senão aos thesoureiros, & depositarios que deuerem; & não tendo os depositarios, & thesoureiros bens por onde satisfação, então se poderá proceder contra os Vereadores que os elegerão, limitandose porem nos Procuradores que forẽ thesoureiros, & nos thesoureiros nomeados nas pautas dos Vereadores, porque então incumbe a quem fez a eleição.

R E P O S T A.

Ord. lib. 1. tit. 66. §. 35. E tit. 62. §. 73.

Oque me pedis he conforme ao que está disposto pellas leis, & se os Prouedores as excederem, tem as partes recurso ao superior, de que se podem valer.

C A P. LXXIII.

Temse alcançado que as fintas são de grande molestia aos vassallos de V. Mag. por quanto sò se carregaõ sobre os pobres à arrecadação dellas, & se izentarem privilegiados, & poderosos, por se escuzarem tantas vexações. Pedimos a V. Magest. seja servido que todas as fintas de pontes se paguem dos bẽs de raiz, & não os hauendo se lance no cabeção das fizas, & cessarão as vexações, & tantos custos.

R E P O S T A.

M Andarei considerar a materia deste capítulo, & prouer nella como parecer.

C A P. LXXIII.

C Om as audiencias das reuistas, que fazem os prouedores, são molestados os pobres, & se fazem grandes gastos aos concelhos, sem mais proueito da terça de V. Mag. & só o lucro fica dos Prouedores. Pedimos a V. Magest. seja seruido que não aja as taes reuistas, & se appelle perã a Camara quem se sentir aggrauado na forma da Ordenação, & que outrosim os Prouedores se ajão no leuar dos salarios com moderação de seu Regimêto, não obstante qualquer costume introduzido, & assim os que em contrario aja com que se possaõ defender.

*Ordin. lib. 1.
tit. 65. §. 24.*

R E P O S T A.

A OS Prouedores, & seus officiaes mandarei aduirtir da moderação com que se deuem hauer em seus salarios, & se fará ley para se registar nas Camaras, & se perguntar nas Residencias pella obseruancia della.

C A P. LXXV.

P Arece conueniente que o homem de nação, que por culpas for sambenitado, não tenha mais vox actiua, nem passiua, nem possaõ elles, & seus filhos andar a cauallo fora de caminho, nem suas molheres & filhas andem em coches, nem em cadeiras, nem tenham nas Igrejas alcatifas, pera que sempre estejam presentes suas culpas ao pouo, & a ellas.

R E P O S T A.

P Ella infamia em que encorrerão os penitenciados, & com o que nas leis estrauagantes se dispoem está satisfeito ao que apontaes.

*Aluaya de
Janeiro 1514
& cartas
1615.*

C A P. LXXVI.

PEdem a V. Magest. faça merce a este Reyno mandar que no estado do Brasil se faça anil, por quanto nelle ha os materiaes necessarios, sem o qual se não poderá laurar panos de cor neste Reyno, & se escuzará o das Indias de Castella, de que atégora se vzaua.

R E P O S T A.

Assim o tenho mandado.

C A P. LXXVII.

COm o protesto que sempre os Pouos fizeraõ sobre o grande tributo das fizas, que sempre reclamaraõ, & nunca aceita-raõ. Pedimos a V. Magest. as queira tirar de todo, ou mo-dificar, tanto que cessarem as guerras de Castella com este Reyno, pella melhor ordem que parecer, com que os pouos sentiraõ, & re-ceberaõ notauel fauor, & merce de V. M. & que por nenhum caso se vze de artigos, & leis feitas sobre a arrecadação das fizas, & se mã-de fazer artigos nouos, de maneira que não aja occasião de se faze-rem as exorbitancias, & vexações, que tẽgora os pouos padecem.

R E P O S T A.

AMateria de que neste capitulo trataes he de muita impor-tancia, & consideração, por ser a principal sustancia com que os Reys sustentão seu estado Real, defendem seus Reynos, & os conseruaõ em paz, & justiça; pellas quaes rezoẽs, & outras mui-tas se não pode defirir ao que pediz; & assim o fizerão os Reys meus antecessores em todas as Cortes, em que esta materia lhe foi pro-posta; & o que me parece que nella se pode fazer, he mandar que se não acrescentem em tempo algũ os encabeçamentos. E nas exor-bitancias, & vexações que dizeis que se cometẽ na arrecadação das fizas, mandarei prouer.

C A P. LXXVIII

OS lauradores dos priuilegiados que habitãõ neste Reyno, & lauraõ em terras jugadeiras, cõuem muito mandar V. Magest.

declarar

Não cap. 74.
das Cortes de
Euora de 535
se relata to-
do a origem,
& capitulos
de Cortes das
fizas.

Esta resposta
he a das Cor-
tes de Tomar
de 581. cap. 6.

declarar a Ordenação lib.2.tit.33.das jugadas, por quanto a lingua-
gem della para estes nossos tempos he muy escura, pella qual rezão
se tem dadas enleadamẽte muitas sentenças em diuersos casos, don-
de resulta semearer sementes não jugadeiras, & de pouco prouei-
to á Republica. Os §. §. a quem se pede declaração são.10.14.15.19.
porque nestes consistem todas as duuidas.

R E P O S T A.

Q Vando mandar o que pedis no capitulo 83. ordenarei se ve-
ja esta materia, & se fação sobre ella as declarações que pa-
recer m necessarias.

C A P. LXXIX.

S Eja V.M. seruido mandar dar ordem paraque os pagamentos
das tenças, & juros se fação sem tantas dilações, & extorços,
que os Almoxarifes não leuem por isso cousa algũa, como já se
pedio nas Cortes de Thomar pello estado Ecclesiastico capitulo 15.
E hoje se lembra com mais rezão, pellas molestias qu nisso se pade-
cem; & que a ley sobre isto se guarde, & que as folhas se ordenem de
forte, que se faça pagamento a tempo.

R E P O S T A.

Affo o tenho ordenado, mandarei que se cumpra.

C A P. LXXX.

E Porque pella mayor parte se dão mais os homens ás letras,
que ás armas, que hoje são mais necessarias, se deuião fechar
as Vniuersidades do Reyno, & de toda a faculdade por tem-
po de cinco annos, ficando só a Vniuersidade de Coimbra; & as taes
rendas se deuem aplicar pera as despezas das guerras.

R E P O S T A.

M Andarei considerar o que me dizeis neste capitulo, & pro-
uer na materia segundo o presente estado do Reyno.

C A P. LXXXI.

P Edimos a V.Magest.Aja por seu seruiço ordenar, que os Mal-
tezes da Religião de S.loão no ciuel fiquem sũgeitos aos Cor-

C

regedo-

*Lei depois da
Ord. em 31.
Outubro de
602.
E Extrauag.
lib.2. tit.15.
l.1. §.3.*

regedores do Ciuel, por quanto não tem tribunal certo, nem gozê de mais priuilegios que os Prelados do Reyno; & que todo o Caualeiro desta Religião que cometer crime com arma de fogo, ou de afuada, seja desnaturalizado do Reyno pella deuacidão com que os cometem.

R E P O S T A.

*Ordin. lib. 2.
tit. 1.
E na reforma-
ção da ju-
sticia §. 7.
E lei da limi-
tação de seus
priuilegios de
1642.*

P Ella ley do Reyno, & assentos tomados no Dezembargo do Paço está determinado este caso, & terei lembrança de mandar prouer nos crimes pelloque me toca, segundo pedir a qualidade delles.

C A P. LXXXII.

L Embramos a V. Magest. que he muy necessario confirmar as merces que estauão feitas a estes Reynos nas Cortes de Thomar naquillo que se puderem applicar, cõforme ao estado presente.

R E P O S T A.

A S si o farei naquillo em que puder ter lugar, conforme ao estado do Reyno.

C A P. LXXXIII. & LXXXIII.

P Or ser hũa das primeiras cousas de conueniencia, & rezão de estado não se gouernar este Reyno por leys, municipiaes, & Ordenações compiladas debaixo do nome DelRey de Castella; lembramos, & pedimos a V. M. se sirua de mandar fazer noua compilação da Ordenação debaixo do Real nome de V. M. & que nesta noua compilação se declarem as ordenações duuidozas, assim pellas extrauagantes que ouuerem sahido despois della, como pellas decisões, & arestos do supremo Senado, que forem mais conformes a direito, & boa rezaõ, & se deroguem, ou modifiquem as que parecer que contem dureza & se ponderem tambem os casos, em que será conueniente, & justo que se pratique a penna do talião, obrando-se tudo por meyo das pessoas mais doctas do Reyno, & practicas, que poderaõ primeiro recolher a si, todas as aduertencias, & duu-

das

das dos letrados, que as quizerem dar por apontamentos, pera melhor, & como conuem se poder ajultar tudo o tocante a esta materia.

T Ambem será conueniente, antes precisamente necessario em ordem ao bom gouerno, paz, & quietação do Reyno, mandar V. Magest. resolver todas as duuidas que resultão das Ordenações, em que se não declara (como em outras) serem feitas per concordatas com o Ecclesiastico; & muy particularmente o pedimos a V. Magest. no que pertence à duuida da Ordenação lib. 2. tit. 18. §. E por quanto sobre as Capellas, & bens vinculados deixados às comunidades, & pessoas Ecclesiasticas, por se euitarem discordias entre elles, & os seculares, & entre as jurisdições, que por immortaes trazem cõfigo damnos irreparaueis, como não ha muitos annos se tem visto em a promulgação das censuras, & interditos, que hoje estão levantados com limitação de tempo, & reseruação de absoluição de muitos ministros à santa Sede.

*Nobreza c.
22.
Eccles. c. 24.*

R E P O S T A.

P Areceme bem o que apontaes nestes dous capitulos 83. & 84. mandarei dar a ordem necessaria para que se fação com as declarações com que não aja duuidas em materia de tanta consideração.

C A P. LXXXV.

I Vtissima cousa será ordenar, & mandar V. Magest. que as causas ciueis, & crimes se abreuem, & os termos, & processos dellas por algum modo, que com dilações não sejam (como são) perpetuas, em rezaõ do que as partes se consumem, & gastão tudo quanto tem, sem nunca se fim darem, para o que se lhes deue aplicar remedio, & para que os Iulgadores as não retardem nos despachos.

*Nobreza c.
20.*

P Orque muitas vezes acontece serem presos os delinquentes, & estarem as cadeas cheas, sem tratarem de seus liuramētos, de que resulta fazerem às casas da Misericordia grandes despesas, demais de se originarem males, que por rezão da muita gente junta succede nas prisões, que comummente são casas limitadas: será remedio proueitofo, & conueniente ordenar-se, que sejaõ

sentenciados de tempo em tempo limitado por tres julgadores de cada Comarca, ou Cidade em que ouuer ao menos até certos casos, & crimes limitadamente.

R E P O S T A.

*Assi esia já
mandado cõ
faltar por to-
dos os tribu-
naes per tres
decretos.*

ORdenarei que se veja o que me propondes nestes capitulos 85. & 86. quando se tratar da noua compilação da Ordinaçãõ; & que se procure atalhar a dilaçãõ nas demandas tão prejudicial à Republica.

C A P. LXXXVII. LXXXVIII.

PAra bom gouerno do Reyno, & administração da justiça (que he o meyo por onde elle se conserua, assi como por falta della também se perde,) parece cousa muy digna de se obseruar; que os julgadores de que V. Magest. se siruir sejaõ pessoas em que concorraõ qualidade, letras, & procedimentos, não se admitindo os em que estas se não acharem, nem lhe dando entrada no seruiço; porque de assi ser, resultarão grandes bens na Republica.

HE hoje tão necessaria a cautella em tudo pera a defenõsa, & segurança do Reyno, que por esta rezãõ nos pareceo lembrar a V. Mag. quanto conuem, & importa que se escolhaõ pera os lugares que ficão nas fronteiras, ou perto dellas julgadores muy confidentes, & de que se tenha a deuida satisfação, em razãõ do muito que pode obrar hum julgador no lugar em que o he.

E Porque a facilidade da remissaõ das culpas muitas vezes, (antes de ordinario) he causa de se consentirem outras mayores, & não auer emenda nas cousas, & padecer o comum por falta de castigo no particular, (que seruia de exêplo aos mais): Pedimos a V. M. mândê tomar por assento indispensauel, que julgador que duas vezes for comprehendido nas residencias, & condemnado por culpas, ou erros de seu officio, não seja mais admitido ao seruiço por maneira algũa.

R E P O S T A.

A Gradeçouos as lembranças que me fazeis nestes tres capítulos 87. 88. & 89. mandarei prouer como pede a importancia delles.

C A P. XC.

Os Alcaides, & Meirinhos das cidades, villas, & lugares deste Reyno tem obrigação de andar acompanhados cõ certo numero de homens, pera o que da Real fazenda de V. Mag. se lhes dà por seus Almojarifes, & executores o mantimento necessario: & porque elles o cobrão, & não dispendem com os ditos homens, que de ordinario não trazem, andando muito mal acompanhados, & faltando por essa razão a suas obrigações: Pedimos a V. Magest. mande se lhes não faça pagamento do dito mantimento, sem constar por certidão que os trazem dos officiaes das Camaras juradas, demais das que costumão passar os Julgadores pera o dito effeito, por quanto se tem visto que muitos delles dissimulando a falta dos Meirinhos, & Alcaides, lhas passaõ.

R E P O S T A.

Assi o mandarei; & que nas Residencias se pergunte particularmente por este caso.

C A P. XCI.

POR quanto os officiaes da justiça, assim Ecclesiastica, como secular, & da fazenda de ordinario por rezaõ de seus officios são muito poderosos nas terras em que viuem, & entrando nos casos da Republica, & lugares da gouernança, nem sahirão delles, & tudo sujeitarião, assim dominando sobre os Povos, conuém que V. Magest. mande tomar por assento, que nenhũ dos ditos officiaes possa ser Vereador, Procurador da cidade, ou concelho, nem Almotacê, pera que assi se guarde inuiolauelmente, ao mênos nas cidades, & villas principaes, & que nas eleições de pessoas pera os ditos lugares se guardem as prouisoões, & cartas de V. Magest. que ha nas Camaras, pera se não meterem nellas pessoas em quem elles não fique muito authorizados.

R E P O S T A.

*Ord. lib. 1. tit.
87. . 2. so-
mente.*

Sobre o que me propondes neste capitulo, está disposto pellas Ordenações, & leis Extrauagantes.

C A P. XCII.

*Tit. l. crim.
fclien. et.
Ord. lib. 5.
tit. 65.
Lib. 3. tit. 74
§. 7.*

*Cic. ar. iose
dons em 643
& auiu ou-
tro da fazen-
do, entro dos
alvaras de
fiança.
Em 1645 se
consultou se
extinguissẽ
os noutos.*

Por se euitarem os enganos, & fraudes que se fazem por algũas pessoas, que são fiadores, obrigando suas fazendas, & bens em segundá fiança, não estando desobrigados da primeira, no que ficão cometendo o crime de burla, & illicio, condemnado pello direito, & ley do Reyno; sem embargo de cujas penas se vem cada dia hum milhão de enganos, & perdições, a que se deue atalhar. Pareceria conueniente que em qualquer cidade, villa, ou lugar, aonde aja tabaliaes de notas, em que se tomem as ditas fianças, registem todas em o cartorio de hum delles, ou aja escriuão especialmente deputado para este registo; porque hauendoo, delle poderá constar as partes antes de se aceitarem, & fazerem as fianças, se os bens nelles declarados são liures, & desembargados; ou estão obrigados a outras fianças; Pelloque assi o pedimos a V.M.

R E P O S T A.

Tenho mandado prouer na cidade de Lisboa, & segundo o effeito que se vir, mandarei prouer no mais Reyno.

C A P. XCIII.

*Ordin. lib. 5.
tit. 73. &
Per lu de 10.
de Março de
607. dadas a
o Corregedor*

Sendo as rendas inuentadas nos Pouos pera melhor governo da Republica, por se atalhar por ellas, encoimandose aos que delinquem, & vão contra as posturas, & regimentos, tem a experiencia mostrado, que hoje seruem de mayor damno que se pode considerar em qualquer cidade, villa, ou lugar; porque os rendeiros que as tomão, não vzão dellas mais que pera se auançarem com as partes, dandolhes liberdades sem serem encoimadas por coula algũa. E postoque despois se jáo comprehendidos nas deuassas, & correições, não fazem disso caso; porque deixando de se liurar, tratão de perdão, que se lhe concede com facilidade, a troco de qualquer condenação, de que resulta não auer nelles emenda, & destruirem se

os pouos

os poucos com roubos manifestos. Pelloque pedimos a V. M. que se não concedaõ perdoes na Mesa do Paço aos rendeiros que forem culpados por fazer auenças, antes sejaõ muy bem castigados, & condemnados com justiça em seus liuramentos.

R E P O S T A.

A O Dezembargo do Paço mandei aduertir sobre o que me apontaes neste capitulo.

C A P. XCIII.

A Frequencia dos juramentos, & fees falsas dos rendeiros, ou seus jurados he tão grande, que obriga a buscar remedio pera que esta maldade não vá em crescimento, & as partes não padeçam. Por onde pedimos a V. M. que aja por seu seruiço mandar, que quando algum rendeiro, ou seus jurados tomarem coimas em despoitado, & no campo, tomem hum penhor às pessoas encoimadas, citandoos pellas ditas coimas; & sendo nas cidades, villas, ou lugares, tomem ao menos hũa testemunha, em presença da qual delarem às partes a rezaõ porque a citaõ, & pera onde, pera que hũas, & outras possa ir allegar de seu direito; o que deixaõ de fazer, porque verdadeiramente nem são citadas, nem encoimadas, & as coimas se lhes assentaõ a arbitrio dos jurados, como cada dia se descobre, & alcança.

R E P O S T A.

P Areceme bem o que dizeis, & ordenarei que assi se faça, mas porque contem derogação das Ordenações do Reyno, se ha de encaminhar pello Dezembargo do Paço.

C A P. XCV.

O S priuilegios conforme a direito contem materia odioza, em quanto se desuiaõ delle. & pella mayor parte leuaõ consigo prejuizo de terceiros: Pelloque pedimos a V. M. que se sirua de mandar limitar, & restringir os priuilegios, & que se não concedaõ com facilidade; porque de auer muitos priuilegiados, se seguem graues damnos na Republica. Experimentase cada dia em

o Prouedor
das auenças.
E lei de 24.
de Mayo de
608.

Ordin. lib. i.
tit. 21. §. 6.
E lib. 5. tit. 87
§. 1. basta o
jurado.
E lib. 1. tit. 66.
§. 27. & tit.
68. §. 3. basta
hũa testemu
nha.

Ecclesi. 19.

mil coufas, & de ordinario em se não acharem pessoas nos Pouos para recebedores, & thesoureiros da Real fazenda de V. Magest. valendose os que prestão pera o ser com segurança de seus priuilegios; pelloque esperamos de V. Magest. que mande declarar, que nenhũ priuilegio escuze dos recebimentos da fazenda de V. Magest.

R E P O S T A.

M Andarei considerar esta materia, & restringir estes priuilegiados, assim no numero, como na limitação de seus priuilegios.

C A P. XCVI.

*Nolrezac.7
Em Cortes
de Tomar se
extinguirão
atè se refor-
mar o regi-
mento.*

A S guerras que de Castella se aparelhaõ contra este Reyno, não dão lugar a descuidar em nada, quanto mais no que he tão necessario, como auer cauallos, pois não ha donde venhão hoje; pelloque nos parece conuem muito mandar V. Magest. que haja coudelarias, & os coudeis siruão nas suas comarcas, guardando seus regimentos; & nas em que os não ouuer, se prouejaõ os officios em pessoas de satisfação, que os exercitem como conuem.

R E P O S T A.

N As partes que forem capazes de coudelaria, sem dano notauel dos Pouos, mandarei reformar os Regimentos dellas, para se conseguir o que me pedis.

C A P. XCVII.

*Nolrezac.
cap.3.*

E Pello que mais toca à defenfa do Reyno, muito conuirã fazer V. Magest. eleição de pessoas, escolhendo pera os lugares da guerra justiça, & fazenda as muy confidentes, pella muita peçonha que do Reyno de Castella ficou neste de Portugal; & que mande V. Magest. aos Alcaides mōres, que assistindo em seus castellos, tratem por meyo de Architectos, engenheiros, ou mestres de obras de pōr os castellos, & fortalezas no estado em que estauão no tempo do senhor Rey Dom Sebastião; pois tudo assim he necessario preuenir pera mayor segurança.

R E P O S T A.

A Gradeçouos o que me representaes neste capitulo; tenho provido conforme o que dispoem a Ordenação do Reyno, acomodandome porem ao que pede o estado da guerra.

*Or. lib. i. tit.
74.*

C A P. XCVIII.

A S presidencias dos tribunaes, officios, & beneficios deste Reyno são lugares, que conforme a direito, & Ordenações delle se não deuem prouer em estrangeiros, & mayormente neste tempo, pelloque com mayor rezão hoje, & pera sempre o pedimos a V. Magest. assi; & que somente sejam occupados nelles os naturaes, conforme seus merecimentos.

*Nobreza c.
11. & 32.*

R E P O S T A.

A Materia deste capitulo he de muita importancia, & como tal nella está disposto por leis, costume, prouisoões, & capitulos de Cortes, & priuilegios, como conuem ao bem publico destes Reynos, & nella mandarei prouer na forma que respondo ao capitulo segundo do estado Ecclesiastico.

C A P. XCIX. & C.

M Vito importa ao seruiço de V. Magestade, que os Prelados não ordenem tantos clerigos incapazes de o serem, & que na guerra puderaõ servir, & aproueitar com o credito que pera o estado Ecclesiastico não grãgeão, viuêdo muitas vezes cõ mayor liberdade, do que ouuerão de ter em seculares, resultando disso grandes inconuenientes, que cessarão hauendo nisto remedio, & serão menos os clerigos, & mais authorizados, escolhendose pera serem ordenados os benemeritos, & nenhum da nação; pelloque Pedimos a V. Magest. que pello meyo que mais conueniente parecer mande tratar do effeito desta materia tão importante com os Prelados, ou com Sua Santidade, pera que com toda a firmeza se guarde, & constitua regra certa nella, limitandose atê quantos filhos hũpy, conforme a sua qualidade poderã fazer clerigos.

E porque

E Porque a mesma razão quasi fica correndo pera com as Religioes, & Prelados dellas: conuem tambem que no tomar, & aceitar dos frades se proceda com a mesma consideração, não enchendo os conuentos de Religiosos, a cujo respeito ficão de ordinario impossibilitados pera a deuida sustentação, que os poem em obrigação de vzarem de grangearias, & tratarem de heranças, cõ que em breue termo os seculares virão a não ter nada de seu, & tudo ficará no estado Ecclesiastico, (irreparauel damno para todo o Reyno), que se euita contentandose as comunidades, & Prelados com os Religiosos, que suas rendas podem sustentar; pera o que será remedio de grande vtilidade hauer nas Religioes todas numero certo de lugares, & Religiosos, de que se pode tratar por meynos que parecerem conuenientes.

R E P O S T A.

M Andarei conferir o que me propondes nestes dous capitulos 99. & 100. com os Prelados, & pessoas de letras, & experiencia, & procurarei se trate do meyo que for mais conueniente, recorrendo a Sua Santidade no que for necessario.

C A P. C.I.

O Repairo dos muros he hoje cousa importantissima ao seruiço de V. Magest. & bem commum de todo o Reyno, pello que não sò lembramos, mas pedimos a V. Magest. nos faça merce mandar, que as terças das rendas das Camaras, que conforme adireito, & Ordenações do Reyno estão applicadas aos ditos reparos, se não gastem, nem apliquem a outra cousa, pello grãde damno que dahi resultaria, a que por outra via se não pode acudir no estado das cousas, demais de ser assim, conforme a direito, & Ordenações do Reyno.

R E P O S T A.

A Lembrança que neste capitulo me fazeis, vos agradeço muito, & com a resposta que tenho mandado dar ao capitulo 3. & 4. do estado da nobreza, se satisfaz o que nelle me dizeis.

*Nol. 72. c.
3. & 4.
Ord. l. b. 1. tit.
62. §. 67.
El. b. 2. tit. 28
c. 2.
E Regimen-
to impreso.*

C A P. - C.II.

Não padecê duvida que no tempo em que por votos se prouiuão as Cadeiras na Vniuersidade de Coimbra, regularmête se darião com satisfação, & hauia oppositores que estudauão com os principiantes, & lhes acodião, de que resultaua fazerem-se muito os homens, & mostrarense pera chegarem a suas pertençaes, & porque demais desta utilidade considerauel por vniuersal o modo deste prouimento; foi o escolhido, & muy de antigo vzado, & praticado sempre: Pedimos a V. Magest. aja por seu seruiço mandar que se continue, prouendose daqui em diante as Cadeiras por votos.

R E P O S T A.

MAndarei ver esta materia cõ breuidade, & ouuida a Vniuersidade, ordenarei se faça com resolução o que parecer mais conueniente, tendo respeito ao que sempre se vzou nestes prouimentos.

C A P. C.III.

Tambem serà de grande utilidade à Republica, & bem comum de todo o Reyno; mandar V. Magest. tratar com Sua Santidade, que se passe hum Breue, per que se annulle os matrimonios clandestinos, per duas rezoês. A primeira, por se euitarê muitos juramêtos falsos, que nelles ha. A segûda por rezão do grãde prejuizo que resulta às partes; porque muitas vezes està deshonrada a donzella, & tendo já sentenças em seu fauor, & por fraudarê sua justiça, se casão clandestinamente, & perdem muito as molheres: Pelloque assim o pedimos a V. Magest. fundados na disposição do Concilio Tridentino, em quanto defende, & poem pena aos que se casão clandestinamête, que não he remedio bastante pera hauer emenda nos danos irreparaueis que se seguem de ficarê validos estes matrimonios.

R E P O S T A.

OQue representaes neste capitulo he materia vniuersal, disposta pello sagrado Concilio Tridentino, & o tempo poderà dar occasiões em que se possa propor, & tratar com Sua Santidade.

C A P. C.III.

POR direito està prohibido aos Religiosos, & clérigos todo o trato, & negociação, & misturarem-se com negocios seculares: mas porque sem embargo desta prohibição, he esta falta em alguns clérigos cõtínua, & muy ordinaria, de que resulta a elles menos credito, & reputação, & aos Pouos grande prejuizo: Pedimos a V. Magest. mande tratar a materia com os Prelados, & com Sua Santidade, paraque nisto haja remedio, & resulte ordenar-se que nenhum clérigo de qualquer qualidade, & condição que seja possa ser feitor, nem feitorizar fazendas alheas, nem correr com as cobranças dellas; por quanto a esta conta, & por esta via estão vzando de tratos, & meneos, atraueffando os mantimentos, & mercanteando com grande escandalo.

R E P O S T A.

MAndarei ver esta materia, & executar o meyo que parecer mais conueniente, pera se lhe dar o remedio que pedis.

C A P. C.V.

EPor as mesmas rezoões do bem comum do Reyno, & Republica, seria conueniente não hauer tão cõtínua mudança nos Arcebispados, & Bispados; porque de assim ser demais de outras vtilidades consideraueis a respeito dos tempos, resultaria terẽ os Prelados muito mayor amor a suas Igrejas, & tratarem com o mesmo della, & dos pobres, como quem està de assento nellas; por onde Pedimos a V. Magest. aja por seu seruiço mandar ver, & considerar o que na materia serà de mayor conueniencia ao Reyno, paraque nessa forma se fique procedendo, mandandoo V.M. assim.

R E P O S T A.

Terei lembrança do que me apontaes neste capitulo.

C A P. C. VI.

PEraque ouuesse menos dependencia neste Reyno dos estrangeiros, fora muy acertado introduzirem-se mechanicas, ou manufactos com que nos poderiamos accomodar, necessitando

menos

menos de algũas cousas destas que vem de fora, pera onde nos leuão grande cantidade de dinheiro, que muito melhor seria ficar nelle; Pelloque pedimos a V. Magest. que mande tratar de que se introduzaõ as ditas mechanicas, ou manufactos que no Reyno se poderem obrar.

R E P O S T A.

As cousas de mayor importancia mandarei encomendar às Camaras, & aos mestres que se lhes dê toda a assistencia que for necessario.

C A P. C. VII.

A Obrigação que os Pouos, & lugares do Reyno tem de acudir ao serviço de V. M. por notoria não necessita de outra significação, que do conhecimẽto que della todos temos; & assim cõ protesto de não faltaremos nelle: Esperamos de V. M. mãe por sua Real grandeza declarar, que este donatiuo, ou serviço que na occasiã presente se tem feito a V. Magest. pellos tres Estados pera a defenõ do Reyno; não possa nunca em tempo algũ ser exemplo, pera V. Magest. ou seus legitimos successores o requererem, ou pertenderem por tributo, ou imposição, nem pera o allegarem por cousa obrigatoria, pera lhes auer de ser concedido outro semelhante serviço, ou donatiuo, nem se hauer de fintar à Nobreza, ou Pouos; E que no particular das fintas, & tributos, (quando as occasiões, & o tempo peçaõ tratar-se delles) fiquem em sua força, & vigor o primeiro capitulo das Cortes do senhor Rey Dõ Afonso o Quinto, que delles trata, hauendoo por confirmado pera na forma delle se resolver o que mais conuier.

R E P O S T A.

Estã feitas sobre o que me dizeis neste capitulo as declarações que pareceraõ necessarias, como vereis nas prouisoões que pera isso se passaraõ, que são as mesmas que agora me pedis, & apontandose-me mais por vossa parte, as mandarei cumprir.

CAP. C. VIII.

*Nobrez. a. c.
11. n. 6. in mo
dus, & de
estrangeiros.*

*O contr. rio
pede a No-
breza no ca-
pit. 28.
E o Ecclef.
cap. 26.*

E Peraque V. Magest. em tudo seja, (como he) Rey, & Monarcha tão poderoso, sem necessitar dos humildes serviços de seus vassallos. Nos pareceo lembrar a V. Magest. quanto conuem que V. Magest. & todos seus successores não dem, nem fação merce a pessoa algũa de qualquer estado, & condição que seja dos bens da Coroa, & patrimonio Real: Porque de os Reys darem seus bens, se seguem grandes inconuenientes, & virem despois a ter necessidade dos de seus vassallos; Pelloque pedimos a V. Magest. que assim o mande declarar, tomandose juntamente por assento, que os que forem vagando fiquem desde logo vnidos, & incorporados na Coroa, & patrimonio Real.

R E P O S T A.

*A este se re-
fere a resposta
do cap. 27. da
Nobrez. a.*

Fico aduertido pera nas occasiões que se offercerem proceder com a moderação que o caso pede; tendo tambem respeito a que se haõ de premiar serviços, dos quaes pende a conservação, & augmento do Reyno.

CAPITVLOS DE CORTES
DO ESTADO
DA NOBREZA,

& repostas que a elles
mandey dar.

MVITO ALTO, E MVITO PODEROSO
Rey, & Senhor nosso.

Endo entendido o Estado da Nobreza a grande merce que Deos nosso Senhor fez a estes Reynos, restituindoos a V. Magest. & acclamandoo, & jurandoo por seu Rey, & legitimo senhor: Propoem a V. Magest. nestas Cortes alguns pontos que parecerão necessarios, & importantes pera estes Reynos se conseruarem, & perpetuarem na descendencia de V. Magest. & se gouernarem, & se administrarem em justiça, & paz.

C A P. I.

A Razão do bom gouerno ensina, & a experiencia tem mostrado, que ajuntandose muitos Reynos, & senhorios diuersos na pessoa de hum sò Rey; não podem ser bem gouernados, assi como o foraõ se estiueraõ apartados cada hum debaixo de seu Principe: & que este deue ser natural do mesmo Reyno, nascido, & criado nelle, pera conhecer seus vassallos, & os amar como naturaes: Pellas quaes razões no principio deste Reyno nas Cortes que celebrou o senhor Rey Dom Afonso Henriques na cidade de Lamego depois do anno de mil cento & quarêta & tres, entre as mais cousas que assentou, & estabeleceo por ley: Ordenou que o Reyno nunca pudesse passar a Rey estrangeiro, & que não tendo filho, ou descendente varão, senão filha, esta casasse no Reyno.

E porque esta ley se não praticou mais que até o tempo de nosso Rey Dom Fernando, que foi o noueno deste Reyno, & nas Cortes que depois se fizeraõ em Coimbra pello senhor Rey Dom João o Primeiro, senão poz condição algũa que impedisse casarem as Iffantas cõ estrangeiros, ou ficarẽ por esta via impossibilitadas à successão do Reyno: Depois no tempo do senhor Rey Dõ João o III. tratou o dito senhor Rey de renouar esta ley, de que se acha memoria em papeis, & chronicas do Reyno.

¶ Ede o estado da Nobreza a V. Magestade em primeiro lugar, se firua de mandar fazer ley, pella qual se ordene: Que a successão do Reyno não possa vir nunca a Principe estrangeiro, nem a filhos seus, aindaque sejam os parentes mais chegados do Rey ultimo possuidor.

E que acontecendo succeder o Rey deste Reyno em outro algum Reyno, ou senhorio mayor: Seja obrigado a viuer sempre neste: E tendo dõs, ou mais filhos varõs, o mayor succeda no Reyno estranho, & o segundo neste de Portugal, & este seja jurado por Principe, & legitimo successor: E que não tendo mais de hum sõ filho, (caso em que he forçado succeder em ambos os Reynos,) Se apartem depois em seus filhos na forma acima dita: E que tendo somente filhas, a mayor succeda no Reyno, com declaração que casará dentro nelle com a pessoa natural que os tres Estados congregados em Cortes escolherem, & nomearem: E casando em outra forma, fique inhabil ella, & seus descendẽtes pera a successão: & possaõ os meismos tres Estados escolher Rey natural; não haendo parente varão da familia Real, a quem por direito se diffira a successão.

REPOSTA.

O Que apontaes neste capitulo he conforme ao que tenho por muy certo de vossa antiga lealdade, & volo agradeço muito, crendo que cumpre a meu seruiço, bem do Reyno, & a vossa quietação o que nelle pedis; & pera isso mandarei fazer ley na forma que a tinha ordenado o senhor Rey Dom João o III. com as declarações, & moderação que parecer conuem à conservação, & bẽ comum do meismo Reyno.

Tẽ replica,
& resposta no
fim.

C A P. II.

Que sendo V. Magest. servido de que se faça esta ley sobre a successão do Reyno, se incorpore no volume das Ordenações delle; pera que fique diuulgada, & notoria por este modo: não somente entre os naturaes, mas também aos estrangeiros.

R E P O S T A.

Assi o mandarei na noua copilação, que se ha de fazer das Ordenações do Reyno.

C A P. III.

Porque este Reyno necessita de continua defensão: Se pede a V. Magest. mande reparar todos os castellos, fortalezas, & muros das cidades, & lugares delle: & fazer outras de nouo onde parecerem necessarias, ou importantes; & que sempre estejam guarnecidas, & providas de artilharia, armas, munições, & bastimentos, entregandose os castellos, & fortalezas aos Alcaides mores (onde os ouuer;) & não os hauendo, a Capitaes, & Tenentes escolhidos por V. Magest. com os mais officiaes necessarios.

R E P O S T A.

Agradeçouos o que neste capitulo me propondes, por ser hũa das cousas que mais conuem a meu seruiço, & à defensão, & quietação destes Reynos; & assi o tenho mandado desde que me foi restituida esta Coroa, & o não se effectuar até o presente na forma que he necessario, foi porque os meyoys que se escolherão pera o sustento da guerra não foraõ bastantes: & nas Cortes que agora mando outra vez ajuntar, se tratarã dos effectos com que este intento se configa.

C A P. IIII.

As terças do Reyno foraõ tiradas, & deputadas pera as fortificações, reparo, & prouimento dos castellos, fortalezas, & muros, & nisto se deuem gastar somente; & pera este effecto pede a V. Magest. se separem das outras rendas do Reyno, sem cor-

Pouos cap.
97.
Eccles. cap.
17.

L. Ne splen-
didissima. C.
de operib. pu-
bl.
Ord. n. lib. 1.
tit. 62. §. 67.
lib. 2. tit. 28.
§. 2.

rerem pello concelho da fazenda; antes haja hum Prouedor mór das ditas terças, como sempre ouue em tempo dos senhores Reys deste Reyno: que seja pessoa da experiencia, & qualidade, que materia tão importante require.

R E P O S T A.

Tê repli-
ca, & re-
posta no
fim.

O Rendimento das terças do Reyno, (que de presente està cõtratado em cincoenta mil cruzados,) se não despender de pois de minha restituição a este Reyno, mais que nas fortificações, & repairos dos castellos, fortalezas, & muros delle, & pera isto tem seu Regimento particular com officiaes separados: & nesta mesma forma se irá continuando; applicandose todo o mais dinheiro que for necessario, pois importa tanto como apontaes.

C A P. V. & VI.

Ecles. cap.
17.

QUE pera a defensão do mar aja sempre Armada com numero bastante de embarcações de alto bordo, que ande nas costas deste Reyno, com gente de mar, & guerra: & com os officiaes necesarios; & que tambem aja galès, que continuamente estejaõ armadas, pera acodirem nas occasiões em que as embarcações do Reyno podem obrar.

A Renda do direito do Consulado, (que pera isso foi imposta,) Pede que se aplique às Armadas; & se não possa despende em nenhũa outra cousa, & se torne a levantar a meia, (a que chamaõ do Consulado) com Consules: pella qual corra esta despesa necessaria pera o apreito das Armadas: em lugar do Prior assista o Prouedor dos Almazens, pera que attenda a tudo o que conuen ao seruiço de V. Magest.

R E P O S T A.

POR muy importante tenho o que nestes dous capitulos me representaes: & a este respeito tereis visto o cuidado com que mandei tratar das Armadas de alto bordo, que por três vezes tem já sahido desta barra, & em nenhũa outra cousa se despenderaõ as rendas do Consulado, as quaes pera este effeito mandei desempenhar

nhar

nhar do assento, que sobre ellas estaua feito; & porque tem de presente meza, & officiaes a parte, & particular Regimento, com Veador da fazenda da repartição que lhe assiste, ordenarei se veja o que me dizeis acerca de se tornar a formar a meza que hauia do Consulado, & se fará o que mais conuier a meu seruiço, & bem comum do Reyno.

CAP. VII.

Como o mayor poder da guerra que se faz por terra consiste na Caualaria, pera a qual he necessario hauer no Reyno muitos cauалlos. Mande V. Magest. ordenar, que as coudelarias que estão sòmentes postas no termo, & em algũas comarcas desta cidade de Lisboa, se estendaõ pello Reyno nos lugares em que possa hauer mayor criação de cauалlos, encarregando que aja nisto todo o cuidado, & vigilancia, executandose pera isso o Regimento da coudelaria, & os donatarios as façã nas suas terras.

R E P O S T A.

NAS terras que forem capazes de criação de cauалlos sem damno dos Pouos: mandarei que aja as coudelarias que apontaes, reformandose o Regimento dellas.

*O mesmo no
cap. 96. dos
Pouos.*

CAP. VIII.

A Guerra assim offensiua, como defensiua se não pode fazer sem armas: & por tanto pedimos a V. Magest. mande que aja no Reyno as mais fabricas, & officinas que for possiuel, de mosquetes, arcabuzes, & mais armas necessarias, & assim mesmo fundições de artilharia, acrecentandose às que de presente ha; & que pera isso se conduzaõ mestres de fora, por hauer falta delles no Reyno, & venhão os materiaes necessarios; de maneira que os Almazens de V. Magest. estejam sempre providos.

*Pouos c. 106.
mechanicas,
& manifesta-
ções.*

R E P O S T A.

Assi o tenho ordenado, & se continuará na forma que me dizeis.

CAP. IX. & X.

Pera defensão deste Reyno conuem que todos estejam promptos pera acodir aos lugares em que se intentar algũa inuasão: &

que se saiba com toda a certeza a gente que ha no Reyno que possa tomar armas, & a que a não tem, pera o que se mandauão atêgora quadernos das comarcas com a lista da gente de cada hũa, as quaes ou se perdem, ou pera se saber por elles he necessario dilação; alem disso como os pouos entendiaõ que os alistauão pera tirarem soldados forçados, ficaua a mayor parte de fora. Parece que V. Mag. deue mandar aos Corregedores das Comarcas, que em todos os lugares dellas se faça lista pellas freguesias, & Capitaes, a quem pertencem, não deixando de fora pessoa algũa, ou fidalgo, ou nobre; porque isto os não obriga a sair nas rondas, & que cada hum dos Capitaens declare no seu rol quantos são os fidalgos, os criados que tem; quantos homens de cauallo; quantos são os que não tẽ armas; & que estes rois venhaõ assinados pello Capitaõ, & escritos pello escruião da Camara da cidade, villa, ou concelho, & os inuiem à cabeça da comarca, onde o Corregedor terà hum liuro, em que os lance cõ distincção por hum escruião do juizo, assinando o Corregedor no mesmo liuro, & delle inuiará a V. Magest. hũa Relação por mayor de quantos homens ha naquella comarca, quantos em cada lugar, quantos de cauallo, quantos fidalgos, & a quantos faltaõ as armas.

QUE nesta Cidade aja hum liuro na mão do Secretario do Concelho de guerra, ou da pessoa que V. Magest. ordenar, onde se assentem as vinte & cinco comarcas que ha no Reyno, cada hũa com titulo differente, & com papel em branco em abundancia, pera se irem lançando em cada hũa por mayor as Relações dos Corregedores, que inuiaraõ cada seis meses, pera se saber os que crescerão, ou faltarão, & os que estão prouidos de armas, ou por prouer; & por este liuro se saberà em hum momento a gente que ha em todo o Reyno, & as armas que são necessarias pera cada comarca, & com quanta gente podem acodir huns lugares aos outros, & quanta será necessario que va de fora da que estiuier no Reyno paga. E pera que nas listas não aja engano, Mandará V. Mag. que os Sargentos môres, quando forem exercitar a gente nas comarcas, leuem as copias das Relações dos Corregedores, & as confiraõ com os liuros das confisões, pera apurarem se ficarão algũas de fora, & a causa porque & se proceda contra os Capitaes, escruiães, & Corregedores que assinaraõ os roes.

R E P O S T A.

DE tudo o que me propondes nestes dous capitulos 9. & 10. tenho mandado ordem ao Concelho de guerra; & se deu tambem por Regimento aos officiaes da fazenda, & soldo, & folguei muito de ver o particular cuidado com que attendeis a esta materia.

C A P. XI.

A Fazenda não sòmente he o neruo da guerra, mas tambem o fundamento com que se sustenta o Reyno, assim na mesma guerra, como na paz: Pella qual rezão se propoem a V. Mag. mande tratar da conseruação, & augmento das rendas Reaes pellos meynos aqui apontados. Que dos bens das Coroas senão fação doações immoderadas: Que as que estão feitas a pessoas estrangeiras se reuoguem, & se tornem a incorporar na Coroa; ordenandose por ley intiolauel: Que se não possam fazer ao diante, & de tal modo fiquem nullas com resistencia da ley; que não fação os possuidores os fructos seus.

*Eccles. cap.
22.*

*Pouos cap.
98.*

R E P O S T A.

A Gradeçouos o que neste capitulo me dizeis, & as doações dos bens da Coroa, que estauão feitas a estrangeiros, mandei logo reuogar: & pera se não fazerem immoderadas (nem aos naturaes) mandarei prouer de nouo com ley particular, alem da geral com que são prohibidas.

*Eccles. cap.
22.
Pouos 108.*

C A P. XII.

POR quanto pera a conseruação, & augmento da fazenda deste Reyno, o mais importãte meyo he o do comercio por mar, & terra, o mande V. Magest. abrir por mar, com todas as nações estrangeiras, (pois nenhũa ha inimiga desta Coroa). E por terra com os Reynos de Castella, tantoque neste ouuer bastante defensão, visto com as principaes fazendas, como são: as drogas, as roupas da India, o pano de linho, & linhas deste Reyno, não tem outro consumo senão em Castella, & de lá nos ha de vir patacas, dobroës, barras de ouro, & prata, perolas, esmeraldas, & outras mercadorias pera o emprego da India, & conquistas. E que outrosi mande V. M.

conseruar,

conferuâr, & augmentar nesta Cidade a praça dos homens de negocio, pera que fazendosse-lhes os fauores que forem justos; torne ao estado de menos de quarenta annos a esta parte, em que nella havia mais de cincoenta milhoës de ouro, com que se enriquecião as Alfandegas, & se achauão nellas promptos os socorros necessarios de dinheiro.

R E P O S T A.

Tenho por importantissima a materia deste capitulo, & nella mandei obrar na forma que vos serà presente; & com todas as nações do Norte està aberto o trato; & o comercio por mar, & assim farei que se continue sempre: & quanto aos homens de negocio, prouerei com todo o fauor na forma que me dizeis.

C A P. XIII.

A Proibição que as Ordenações deste Reyno fizerão cõ maior aperto foi que, se não leuasse ouro, prata, ou dinheiro delle; igualmente o dispuzerão assim leis particulares de todos os Reynos: tem mostrado a experiencia, que as licenças que se costumauão dar, eraõ de notauel prejuizo, & dos liuros donde se apresentauão, ou registos, consta que huns annos por outros sahiao deste Reyno com licenças hum milhaõ, & quinhentos mil cruzados; & sem registos outras cantidades mais excessiuas; ou por omisão dos officiaes, ou por interesse que tinhão em o não impedir: & hoje com a suspensão do comercio com Castella, & falta do ouro da Mina, temos com difficuldade barras de que se bata moeda; & se se leuar fora do Reyno a que nelle ha, ficaremos impossibilitados pera a defensão: Pedimos a V. Magest. mande proceder com todo o rigor, & vigilancia pera que se não tire dinheiro algum do Reyno, & que os das mercadorias que aqui venderem, se lhe passe em letras, ou o leuem empregado nas cousas deste Reyno, que lhe são necessarias; & que pera isso quando os nauios chegarem, & despacharem na Alfandega as fazendas, daraõ fiança, a que primeiro que partão darão conta do dinheiro que fizerão, & dos empregos, ou letras em que o leuaõ, porque o não passem escondido, como ategora fazião.

*Pontos cap.
47.*

R E P O S T A.

POR ser de muita importancia o não se tirar dinheiro deste Reyno, tenho provido com todos os meynos que se puderão achar convenientes; & em ordem a isto mandei tambem levantar a moeda, igualandoa no valor com a das Prouincias do Norte.

*Publicação se
quatro leis
impressas, e
registradas*

C A P. XIII. XV. & XVI.

A Recta administração da Justiça faz os Reynos estaueis, & perpetuos, & aos Reys aceitos a Deos nosso Senhor, & poderosos na terra: Pelloque desejando o Estado da Nobreza que esta resplandeça em V. Magest. (como espera, & confia,) & occorrendo às queixas, & falta della de muitos tempos a esta parte, que se têm sentido em comum, & em particular: Pede a V. Magest. mande tratar da reformação da justiça, pera se administrar às partes com a inteireza devida.

NOs ministros da Justiça propoem a V. Magest. se coarctar o numero delles em ambas as Rellações desta Cidade, & do Porto, & aja mais cinco Dezembargadores dos aggrauos extrauagantes, que despachem às segundas, quartas, & sextas feiras: & que sejam pessoas de letras, & sem consciencia; & que nas consultas pera os Dezembargos se proponhaõ os que ouuer destas partes, & qualidades, sem se auer de guardar nisto o estylo que atégora ouue, de sobirem os ministros letrados de Iuizes a Corregedores, & de Corregedores a Dezembargadores: quando não sejam de boa sufficiencia; Senão que nestes Tribunaes supremos de justiça, de que não ha appellação, nem aggrauo, entrem as pessoas de mayores letras que ouuer no Reyno, Lentes, Collegiaes, & Aduogados, sendo pessoas nobres que neste caso aduogaraõ tendo boas letras; E que para terem bastantemente de comer, sem a necessidade lhes dar occasião a não guardarem justiça; se lhes acrecentem os salarios, atendendo se tambem nisto: a que diminuindo o numero dos Dezembargadores, se lhes fica augmentando mais o trabalho.

*Portos capi.
26.*

NOs ministros que são Dezembargadores da Casa da Supplicação, & na Rellação do Porto, & nos dos Tribunaes desta Cidade,

*Pontos cap.
20.*

Cidade, consilte toda a justiça comutativa, & quietação da República, com se dar a cada hum o seu, & se emendarem os erros que fazem os inferiores; & posto que pella preeminencia dos officios (que por serem perpetuos não dão residência,) & se offereção também inconvenientes; porque os tribunaes sejam visitados em alguns tempos certos: Conuem que entendão que se lhes pode pedir conta do que obrarem; & pera isto se offerece por mais acomodado, que V.M. sempre por informações secretas, & contiuidas tenha presentes os procedimentos de cada hum; Porque se persuadaão que sem dilação serão castigados, se os excessos forem graues, ou amoeitados se forem leues, & premiados quando o merecerem.

R E P O S T A.

M Andarei ver o que nestes capitulos 14. & 15. & 16. apontaes acerca dos ministros da justiça, & prouerei como melhor conuier à boa administração della; & vos agradeço os meynos que pera isto me propondes.

C A P. XVII.

N Os officiaes inferiores de justiça, como são escriuaes, & semelhantes, se entende hauer grande necessidade de reformação; assi nesta Corte, & casa da Supplicação, como no Porto, & c. marcas do Reyno; a qual reformação consistirá em a boa eleição das pessoas no menor numero dos officiaes, & no regimento que deuem ter, & guardar, sem dispensação, nem permissão: E assim pede o Estado da Nobreza a V. Magest. mande tratar desta materia com toda a breuidade, fazendo que no Regimento guardem o que lhes está dado pellas Ordenações; E que o numero se diminua, sem se admitir seruentia, nem quem juntamente sirua deus officios; & que os que delinquirem no officio, especialmente em levar mais salarios às partes do que o Regimento lhe permite; sejam pella primeira vez, em que forem nisso comprehendidos, priuados delle. E deue V. Magest. mandar considerar, que os Enqueredores que tiraão as inquirições, quando estas diligencias se não comettaão a ministros, sejam ao menos pessoas examinadas pello Dezembargo do Paço.

REPO-

R E P O S T A.

EM muita parte do que me dizeis neste capitulo tenho prouido, & no mais mandarei prouer, alem do que està disposto pellas Ordenações do Reyno.

C A P. XVIII.

AExperiencia tem mostrado, que hũa das faltas da administração da justiça procede das conseruatorias, que nos contratos, & assentos celebrados com a fazenda de V. Magest. se dão aos Contratadores, & a seus ministros, & officiaes, que ficam priuilegiados pera não responderẽ se não no juizo da conseruatoria em primeira, & em segunda instância, & pera elles poderẽ como Autores demãdar, & aduocar as causas ao mesmo juizo; de que se seguem grauissimos inconuenientes: & pera se euitar este dano, Pede a V.M. mande. Que daqui em diante nos contractos que se celebrarem, se não ponha clausula de hauer conseruador delles, & corraõ as causas no juizo a que tocarem; & que as conseruatorias, que estão já concedidas, se acabem tanto que se acabarẽ os tempos dos contractos, & que nestas se faça logo declaração, que a parte que vzar de priuilegio affectado, alem de lhe não valer, perca pello mesmo feito a causa.

R E P O S T A.

POr hauer entendido a importancia do que neste capitulo me propondes, tinha mandado extinguir os Conseruadores dos contratos, tão que o tempo delles se acabasse, & que ao diante se não puzesse mais esta clausula: & assim vos concedo o que nelle me pedis.

C A P. XIX.

POsto que succedem muitas vezes pello Reyno casos crimes, que requerem mayor demonstração de castigo que a ordinaria; pella qualrezaõ se costumauaõ sobre elles mandar Dezbargadores com Alçadas: contudo porque se tem achado resultarẽ dellas outros mayores inconuenientes: Propoem a V. Magest. se sirua de mandar que as não aja, nem se possaõ conceder; & que pera acodir ao castigo dos crimes, & ás mais cousas que nõ Reyno neces-

Nas seruintus, & dous offic. por decretos de 15. de Feuer. 14. Mayo 16. Setembro 642.

Pouos cap. 46. & c. 21. Eccles. cap. 19.

Pouos cap. 21 & 49. Eccles. 19.

Pouos cap. 26

fitão de administração de justiça, te mude por elle depois das guerras duas Alçadas, com desembargadores, & Presidente, como se fazia no tempo dos senhores Reis d'elle; nas quaes se julgarão todos os casos crimes, sem appellação, nem aggrauo, se syndicarão os officiaes, & ministros, se tomarão conta às Camaras, Misericordias, & Hospitaes, Confrarias, depositos, de pontes, & partes, Cofres, & orfaõs, celeiros publicos, & de todas as mais cousas desta qualidade, que estão pedindo remedio.

R E P O S T A.

Pennis cap. 26

PArece-me bem esta vossa lembrança, & mandarei que as Alçadas se não concedaõ, salvo em casos muy graues, & que requirem exemplar castigo: E no demais que apontaes, considerarei, pera prouer como conuier ao bem da justiça.

C A P. XX.

Pennis cap. 85.
& 86.

NA dilação dos feitos crimes, & civeis, & na execução das sentenças ha grande excessõ por falta de justiça; porque nã as demandas se acabão nunca, se hũa das partes não quer, nem as sentenças se dão a sua deuida execução, na forma que as Ordenações mandão, & a justiça requiere; Pelloque pera a boa administração della: Pede tambem a V. Magest. mande dar nisto algum meyo conueniente, & que logo se trate d'elle per pessoas de letras, & experiencia, onde se poderá apontar, por ser de sua profissão.

R E P O S T A.

MAndarei ver por pessoas de letras, & experiencia o mais conueniente meyo pera se atalhar a dilação das causas, & o que se vos offerecer, me podereis apontar.

C A P. XXI. & XXII.

Pennis cap. 87.

Ecclesi. cap. 24.

ENtre os ministros da justiça Ecclesiastica, & secular ha continuas differenças, com grande dispendio do bem comum, & descredito dos ministros, & muitas vezes com offensa da liberdade, & immundade Ecclesiastica, pelloque ficando sempre salvo a Regalia de V. Magest. nas occasiões, em que como Rey, &

senhor

senhor deue acodir à appressão de seus vassallos: Pede a V. Magest. que se faça hũa concordata das jurisdições, Ecclesiastica, & Secular; nos casos mais frequentes, & sobre que se tem leuantado mayores duvidas; & que pera isto mande V. Magest. ordenar hũa junta de pessoas Ecclesiasticas, & seculares das mayores letras que ouuer no Reyno, que concordem os casos, & tomem assento nelles com consentimento de V. Magest, & dos Prelados, & clero; & nas materias em que for necessaria approuação do Papa, se lhe pedirã.

A Ordenação deste Reyno, que prohibe às Igrejas adquirirem, & terem bens de raiz, se pretendeo praticar nas Capellas, & anniuersarios de Missas, que os defuntos deixaõ às Igrejas por suas almas, de que resultarão as denunciações das Capellas, que foraõ occasião do interdicto geral desta Cidade, cõ o mais que delle se seguio; & que cõ a felice restauração do Reyno a V. Mag. se leuãrou: Pede a V. Magest. mande nisto tomar determinação com maduro conselho, peraque nem as Igrejas fiquem offendidas, nẽ a Regalia de V. Magest. se perca no que for justo, & licito.

*Eccles. caps.
24.
Pouos caps.
84.*

R E P O S T A.

Fico aduirtido do que nestes capitulos me dizeis; & por ser a materia tão graue, mandarei prouer nella com o meyo que mais conueniente parecer pera seruiço de Deos nosso Senhor, & immuniidade das Igrejas, & bem comum destes Reynos.

C A P. XXIII.

A Camara desta cidade de Lisboa he a cabeça do Reyno, cujo exemplo seguem todas as mais delle, & quando foi governada por Vereadores fidalgos, & letrados no tempo dos senhores Reys deste Reyno, procedeo sempre com zello do bẽ comum da mesma Cidade, & Reyno: pelloque Pede a V. Magest. se torne a reduzir ao antigo, & aja nella Vereadores fidalgos sem Pre-fidente; porque assim os fica V. Mag. habilitando, pera se seruir delles em mayores cousas.

R E P O S T A.

Tê repli-
ca, & re-
posta no
fim.

VI, o que dizeis neste capitulo, & mandarei prouer como me parecer em ordem a meu seruiço, authoridade da Camara desta cidade, & bem comum do Pouo della.

C A P. XXIII.

NEcessita também esta cidade de Lisboa por sua grandeza pera o vzo, & trato publico della, reduzirense a melhor forma, os edificios da mesma Cidade; pera o que se deue ordenar hũa junta de policia, que trate particularmente desta materia, na qual por não se tirar à Camara o poder que nisto tinha, entrẽ dous Vereadores della, & tres ministros outros, que sejaõ pessoas de qualidade, & prudencia, que nenhum delles leue salario; & se lhes poderà dar Regimento cõ a jurisdicção necessaria; declarandose a forma, & em que causas, & de que qualidade, & cãtidade se aja de executar: Pelloque se pede a V. Magest. a mande ordenar, tendose consideração a que já no anno de 607. se tratou della, & està cõcedido.

R E P O S T A.

NO que me pedis neste capitulo, mandarei prouer no tempo, & modo, que o estado do Reyno, & o desta Cidade o permitir.

C A P. XXV.

NO Concelho da fazenda pedimos a V. Magest. aja conce-lheiros fidalgos, (como nelle ouue,) & hum sò concelheiro letrado, alem do Procurador da fazenda, que siruirà também de Iuiz das Iustificaçõs; por quanto as materias da fazenda se entendem, & gouernão muito melhor pellas pessoas que della tem experiencia, como feraõ os fidalgos que V. Magest. escolher pera estes cargos, & pera as que inuoluerem juntamente ponto de direito, basta hauer hum Procurador, & concelheiro letrado.

R E P O S T A.

M Andarei ver o que mais conuem nesta materia, & nella prouerei como parecer que cumpre a bem de minha fazenda, sem fazer excepção de pessoas, ou profissão.

Tê repli-
ca, & re-
posta no
fim.

C A P. XXVI.

P Edimos tambem a V. Magest. mande guardar inteiramente as diffinições, & estatutos das ordens militares no lançar dos habitos; & hauendo causa pera V. Magest. dispensar com alguma pessoa; será somente com aquella, que por sua qualidade, valor, ou seruiços feitos na guerra, ou na paz, mereça fazerlhe esta merce.

Ecles. cap.
25.
Pouos cap. 17
& 59.

R E P O S T A.

A Gradeçouos a lembrança que disto me fazeis, & assim terei cuidado de o mandar guardar.

C A P. XXVII.

T Em mostrado a experiencia serem muito prejudiciaes à nobreza do Reyno alguns capitulos da ley mental, & que conuem muito ao estado do mesmo Reyno auer nelle alteração, pera que assim sejaõ os senhores Reys melhor seruidos, & tenham vassallos, que conseruem a nobreza, & casa de seus passados. Hum delles he, serem excluidas da successam dos bens da Coroa as filhas, & netos dos Donatarios. Outro, hauer de succeder o filho segundo, que se acha viuo ao tempo da morte de seu pay, & não o filho de filho primogenito fallecido em vida d'elle; Porque com o temor de succeder este caso, não achão os filhos mayores casamentos iguaes a sua qualidade; E da mesma maneira o Donatario, que não tem mais que filha, a não pode casar com tão grande pessoa, como casara se ounera de succeder nos bens da Coroa: Pelloque pedimos a V. Magest. mande reuogar a Ordenação do lib. 2. tit. 35. §. 1. & 4. ordenando que na successão dos bens da Coroa aja representação, assi como nos morgados, & bens patrimoniaes, succedendo o neto filho do filho mais velho fallecido em vida do pay; & podendo succeder a filha, ou neta, em falta do filho, ou neto Barão, & não o filho segundo.

O mesmo o
cap. 26. do
Ecles.

R E P O S T A.

Tẽ repli-
ca, & re-
posta no
fim.

ESta materia he de muito grande consideração pera as familias, & nobreza, & pera o augmento dos bens da Coroa; & assi a mandarei ver pellos Tribunaes, & tomarei breuemente nella, a resolução que mais conuier, tendo respeito às razões que me apontaes.

C A P. XXVIII.

Ecclef. cap.
26.

NO capitulo II. das Cortes de Thomar, & na reposta que se deu ao capitulo 4. do estado da Nobreza, lhe foi concedido, que vagando alguns bens da Coroa, por não ficarem filhos, nem descendentes dos Donatarios; se não incorporassem nella, & se dessem aos parentes, ou outras pessoas benemeritas, & se declarou despois por hũa Prouisão particular, que esta alternatiua ficaua na eleição de ElRey, pera poder fazer merce dos taes bens vagos a pessoas estranhas, aindaque ouuesse parentes benemeritos do vltimo possuidor. E por quanto esta declaração foi contra a mente, & tenção da merce que nisto se tinha concedido à nobreza; ha uendo de ser preferidos em primeiro lugar os descendentes parentes dos Donatarios, & sómente em falta de huns, & outros poderẽ entrar as pessoas estranhas benemeritas: de maneira que a dita alternatiua fosse alternatiua de ordem, & não de eleição. Pede a V. Magest. que os taes bens da Coroa, que assim vagarẽ, se dem sempre aos descendentes, & parentes dos Donatarios; & que sò em caso que os não aja, se possaõ dar a outras pessoas benemeritas: & que pera isso mande V. Magest. derrogar a dita Prouisão passada contra o que estaua concedido em Cortes, & jurado nellas.

Pomos contra
cap. 108.

R E P O S T A.

Tẽ repli-
ca, & re-
posta, &
Lei no
fim.

SEndo muito justo o que neste capitulo me apontaes sobre se conseruarem as familias por meyo das merces dos bens vagos da Coroa, & se darem primeiro aos descendentes, & parentes dos Donatarios: He tambẽ iguالمême necessario, que se distribuaõ pellas pessoas benemeritas, que os tiuerem merecidos por seruiços feitos a mim, & à Coroa, como tem por obrigação, & o fizerão seus passados; pois o mayor meyo de se conseruar a nobreza, he o

seruiço

serviço do Reyno, por onde se adquirio: E tendo respeito a tudo isto, & o que importa à conservação da Coroa, de que todos hão de receber merce, & ao que me pediu o estado dos Pouos no capitulo ultimo; Mandarei considerar as razões que me propondes, & tomar a resolução que conuem.

C A P. XIX.

DAs conquistas que os senhores Reys deste Reyno, progenitores de V. Magest. nos deixarão com tão glorioso nome: temos por muito certo mande V. Magest. tratar com o cuidado, & remedio, que o estado dellas pede; Pois ao mesmo passo que os senhores Reys deste Reyno as forão ganhado, as viamos perder com a falta delles; & esperamos da felice restauração de V. M. que se profiga, & aumente o serviço de Deos, & bem comum das almas com a gloria, & reputação que alcançou a nação Portuguesa em suas conquistas.

*Eccles. cap.
17.*

R E P O S T A.

PArece-me muito bem o que neste capitulo me lembrais: & este he, & será sempre o meu intento, applicando a isso todo o cuidado, & poder que o Reyno, & tempo der lugar.

C A P. XXX.

NEsta occasião da felice restauração destes Reynos de V. M. se acharão em Castella na Corte de Madrid muitos fidalgos, & titulares aparentados com toda a nobreza deste Reyno, os quaes não ha duvida serem leaes vassallos de V. Magest. & o auerem de reconhecer por seu Rey, & senhor: Pelloque pede este estado a V. Magest. se trate da restituição delles cõ todos os partidos, & meynos convenientes, que não encontrarem o bem comum, & defensão do Reyno, & alta superioridade de V. Magest.

R E P O S T A.

Fico aduertido do que me dizeis neste capitulo, & volo agradecer muito.

CAP. XXXI.

O mesmo se
pede no cap.
32. da nobre-
za nas Cor-
tes de 619.

Peraque as pessoas nobres possaõ casar mais de hũa sò filha, & aja gente que gouerne, & defenda o Reyno: Pede a V. Mag. mande dar ordem com que se atalhem os excessiuos dotes que se pedem nos casamentos das molheres nobres; & nos fidalgos que casarem com christãs nouas, se guardará inuiolauelemente as prouisoões que se haõ passado.

R E P O S T A.

Tẽ repli-
ca, & limi-
tação no
fim dos ca-
pitulos.

A Materia deste capitulo he muito justa, & mandarei tratar della pellos meynos que mais conuenientes parecerem.

CAP. XXXII.

Pouos cap.
57.
Eclesi. cap. 2.

COnuem ao seruico de V. Magest. & bem vniuersal deste Reyno, não hauer V. Magest. por natural delle pessoa, que não seja Portugues, sem nisto se dar interpretação, ou dispensação algũa, pera que não sejam admitidos aos officios, & beneficios, nem possaõ ter pençoões neste Reyno, conforme as leys, & Ordenações, os que não forem legitimamente naturaes delle; & que o mesmo se entenda atẽ na pessoa do Principe que fore estrangeiro.

R E P O S T A.

Vio, que neste capitulo me propondes; & guardandose as Ordenações do Reyno, que ha sobre esta materia, prouerei nella como mais conuier a meu seruico.

CAP. XXXIII.

A Residencia dos Prelados nas suas Igrejas procede de direito diuino, lembrada, & encomendada, multiplicadas vezes pellos sagrados Canones, & Concilios, em razão de quanto cõuem ao seruico de nosso Senhor assistirem nellas: E por tanto pede a V. Magest. se não queira seruir dos Prelados, tirandoos pera isso de suas Igrejas; & que em caso que seja necessario, as renunciẽ primeiro com effeito.

REPO-

R E P O S T A.

Tenho respondido neste particular a outro semelhante capitulo do estado Ecclesiastico.

Eccles. cap.

8.

Pontos cap. 9.

C A P. XXXIII.

Sempre neste Reyno forão veneradas, & respeitadas as Religioes, & o estado clerical com muito mayor respeito, que em todos os outros; & pera se conseruar, & perpetuar, & não ha-uer falta de pessoas seculares que acudaõ á defensão, & seruiço do mesmo Reyno; Pareceo pedirmos a V. Magest. mãe encarregar cõ particulares aduertencias aos Arcebispos, & Bispos, & aos Prelados das Religioes, não ordenem clérigos, senão os que precisamente forem necessarios pera o seruiço das Igrejas em que forem aceitados com beneficios Ecclesiasticos; & que da mesma maneira nas Religioes se não recebaõ nouiços, mais que quanto conuier a bem, & conseruação dellas; & que nos mosteiros de freiras sujeitas aos Prelados seculares, & regulares aja numero, como esta mandado em algũs por Breues Apostolicos; & que nestes se não dispense, & se não tomẽ sem dotes congruos, & esses se empreguem em bẽs de raiz.

Pontos cap. 5.

C. 6. C. 99.

R E P O S T A.

Agradeçouos muito a lêbrança que neste capitulo me fazeis, & a terei de mandar encarregar aos Prelados a obseruancia do que apontaes.

C A P. XXXV.

Reconhecendo a nobreza a grande merce que V. Magest. fez a estes Reynos em jurar em forma todos os foros, priuilegios, & graças, que os senhores Reys delles predecessores de V. Magest. tinham concedido: Pede a V. Magest. que em continuação desta merce mande por ley, que todos os Reys, que ao diante ouuerem de succeder nestes Reynos, fação pessoalmente, antes de serem leuantados, o mesmo juramento; & acontecendo que ao tẽpo que succederẽ estejaõ fora desta cidade de Lisboa, fação o tal juramento no lugar em que primeiro ouuerem de ser leuantados.

Eccles. cap. 1.

REPO-

R E P O S T A.

O Que me pedis neste capitulo, està introduzido por estilo do Reyno, & tenho jurado em meu nome, & do Principe meu successor; & hei por bem que fique encarregado aos futuros Reys meus successores.

C A P. XXXVI.

TOdas estas cousas aqui propostas parecerão de muito seruiço de nosso Senhor, & de V. Magest. & bem comum, & vniuersal destes Reynos; & por tanto esperamos do zello, & grãdeza de V. Magest. nolas conceda com a segurança que os senhores Reys naturaes deste Reyno em semelhantes casos costumauão fazer, & que de V. Magest. com mais razão (por suas grandes virtudes, & excellências) deuemos esperar, & confiar como verdadeiro, & legitimo descendente do senhor Rey Dom Affonso Henriques, & do senhor Conde sancto Dom Nuno Aluarez Pereira, de cujas beatificações, & canonizações espera, & Pede este Estado mande V. Mag. tratar com toda a assistencia, & cuidado, que o seruiço de Deos, & gloria destes Reynos estão pedindo.

R E P O S T A.

MVyto vos agradeço o que neste capitulo me dizeis acerca de se tratar da Canonizaçã do senhor Rey Dom Affonso Henriques, & do sancto Condestable Dom Nuno Aluarez Pereira, & dando o tempo lugar, mandarei tratar disto com todo o cuidado, como já se tem começado a fazer.

CAPITVLOS DE CORTES DO ESTADO ECCLESIASTICO. E REPOSTAS

que a elles mandey dar.

SENHOR.

Postoque aos tres Estados destes Reynos, (como tão agradecidos) corra a particular obrigação de bejar a mão a V. Magest. & darlhe as devidas graças da merce que lhe fez, em jurar em forma todos os priuilegios, graças, & merces, que lhe os Reys delles antecessores de V. Magest. tinham feito, & jurado; E lembrar a obseruancia delles, & as mais cousas que parecem necessárias ao serviço de V. Magest. & bem desta Coroa: Ao estado Ecclesiastico pertence mais em particular a obrigação desta lembrança, por a obseruancia deste juramento tocar a Real consciencia de V. Magest. & assi fica sendo de mayor serviço seu, que quantos se lhe podem fazer, pella materia que trata, que he a razão que nos moueo a propor com toda a deuida sugeição diante de V. Magest. os capitulos seguintes.

C A P. I.

Por importar muito ao serviço de V. Magest. & ao bem vniuersal, & particular destes Reynos, jurarem os Reys que ouuerem de succeder nelles, antes de serem leuantados, todos os priuilegios, liberdades, foros, graças, vsos, & costumes, que os Reys seus predecessores lhe concederaõ, & juraraõ: Pedimos a V. Mag. nos faça merce de mandar, que todos os Reys que ao diante ouuerem de succeder nelles, fação pessoalmente, antes de serem leuantados, o mesmo juramento; E acontecendo que ao tempo que succe-

derem

O mesmo a
Nob. 24 c.
25.

derem citejão fora desta cidade de Lisboa, fação o tal juramento no lugar em que primeiro ouuerem de ser leuantados.

R E P O S T A.

O mesmo a
Nobrez. a c.
35.

O Que me lembrais neste capitulo acerca do juramento dos priuilegios, foros, vfos, & costumes deste Reyno; he o que guardei, & jurei em meu nome, & do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado, & prezado filho; quando nestas Cortes fui jurado solemnemente por Rey: & assi hei por bem, que o fação os Reys meus successores.

C A P. II.

Nobrez. a c.
32.
Pouus c. 98.

A See Apostolica concedeo aos senhores Reys predecçsores de V. Magest. que aos estrangeiros se não dessẽ Beneficios neste Reyno; & conforme as leys delle, & capitulações, não pode quem não for natural, na forma que dispoem a Ordenação; ter officio, merce, jurisdicção, ou outra cousa algũa: nem outrosi beneficios Ecclesiasticos, nem pensoes, conforme aos priuilegios.

Pedimos a V. Magest. seja seruido de assi o mandar guardar, sem auer interpretação da ley, nem dispensação. E por quanto de algũs annos a esta parte em Roma se poem excessiuas pensoes pera estrangeiros nos beneficios que la se prouem, com que o Ecclesiastico empobrece muito; porque ha poucos beneficios, & prebendas, que não pagem muy grandes pensoes; & por este respeito aceitão em Roma os beneficios homens de pouco merecimento, aos quaes ainda fazem dar fianças bancarias, de que se segue muita vexação, & despeza aos vassallos de V. Magest. & occuparem os beneficios pessoas indignas, & pera se remedear o prejuizo do Reyno: Pedimos a V. Magest. mande representar a Sua Santidade o sentimento, & escandalo que ha de os estrangeiros leuarem por esta via a sustancia dos beneficios, priuando à Coroa em comum desta parte das rendas Ecclesiasticas, & de seus priuilegios, & os naturaes de seu direito; & he de crer que Sua Santidade diffira à pretensão tão iustificada.

R E P O S T A.

O S priuilegios da See Apostolica, que no particular deste capitulo estão concedidos à Coroa destes Reynos, & as leis, capitulos,

tulos de Cortes, & prouisoões que sobre a materia ha: Farei guardar. E no que for necessário beneplacito de Sua Santidade, lho representarei per meu Embaxador na forma que pedis.

C A P. III.

AS coadjutorias, & renunciadas de Benefícios, se têm achado que são em grande prejuizo das Igrejas Cathedraes: Pelloque pedimos a V. Magest. faça merce a estes Reynos de impetrar de Sua Sanctidade, que as não conceda, ou quando as causas forem tão bastantes, que o possaõ mouer, o não faça sem informação dos Prelados, por euitar inconuenientes, & serem muitas vezes pessoas tão incapazes, que se Sua Sanctidade fora bem informado, o não concedera; & assi se porã também termo ao muito dinheiro que por este meyo sahe deste Reyno, empobrecendo-se per muitas vias.

Potius cap.
16.

R E P O S T A.

AS renunciadas, & coadjutorias (com futura successão) dos benefícios das Igrejas Cathedraes, as não passa Sua Santidade sem cartas dos Cabidos delles: Pelloque lhes mandarei aduirtir que as não elcreuão sem informação dos Prelados das mesmas Igrejas; & que sejaõ em fauor de pessoas benemeritas, & capazes; & o mesmo mandarei supplicar a Sua Santidade.

C A P. IIII. & V.

OS senhores Reys progenitores de V. Mag. com a sua muita piedade enriquecerão o Ecclesiastico, conhecendo de ordinarias experiencias se fortificaua a Fee Catholica com os ministros da Igreja serem authorizados também com ajuda dos bens Ecclesiasticos, com os quaes per diuersas vias acodem ao temporal, em especial às necessidades dos pobres. Ha annos, que se diminuem em tanta parte, que se sente notauel differença dos tempos passados, pella falta que padecem, pella grossa renda das Comendas, prestimonios, & de muitos dizimos, que por varios titulos se concederão a leigos, & às Religioes, & pensoes de todos os benefícios, que se despachão em Roma; & também por ser excessiua a quantia das pensoes, que assi nos Bispos, como nas Igrejas, & benefícios do padroado de V. Magest. está posta; & porque nos Bispos he a

quarta parte, & computada pella aualiação antiga, & excede ao que elles podem: Pedimos a V. Magest. seja seruido; que daqui em diante se não ponha mais pensão, que a quinta parte; & que no Rispado de Portalegre, por ser o mantimento muy tenue, & bastar mal pera congrua sustentação do Bispo, & obrigações; se não ponha pensão algũa: & o mesmo no Arcebispado de Braga, por serem as obrigações daquella Igreja muy grandes com as esmolas dos pobres, a que está obrigado acudir; & com as despezas que faz com os officiaes da Relação, & mais comarcas do Arcebispado, como se não punha nos tempos antigos.

NA mesma forma estão pensionadas as Igrejas do padroado de V. Magest, (que são muitas, & sua renda sustenta pessoas nobres de virtude, & letras,) com o que se de facomodão, & desconfolão os Ecclesiasticos benemeritos do seruiço de V. Magest. & clerigos pobres fidalgos, a que V. Magest. deue satisfação, sendo a da renda da Igreja propria de seu habito; no que se offende o intento, & estilo com que os senhores Reys costumauão prouer estas Igrejas: & muitas das pensoes, assi dellas, como dos Bispados estão applicadas a pessoas das ordens dos habitos militares, & a outras de pouca qualidade, & sem merecimentos: E porque ao lustre da Igreja, & necessidade do clero, & bem vniuersal conuem mandar V. M. guardar os estilos dos senhores Reys na distribuição das rendas Ecclesiasticas: Pedimos no felice gouerno de V. Magest. se prouejão as Igrejas do padroado liures; & que as que estão ja pensionadas pera a Capella, se lhe tirem as pensoes quando succeder vagarem; & V. M. de sua Real fazenda dê satisfação aos ministros da Capella: & as que tem pessoas particulares, se extingão per sua morte; & que as pensoes dos Bispados se dem a pessoas de qualidade, & que ajaõ de seruir as Igrejas, pera com ellas estudarem, & se habilitarem pera este seruiço, & pera o de V. Magest.

R E P O S T A.

Tẽ replica, & resposta, vai no fim.

NA quantidade das pensoes sobre os Bispados, & Arcebispos, mandarei ver, & examinar a materia com o cuidado que conuem; & as pensoes sobre as Igrejas de meu padroado Real se reseruarão com as condições, & circumstancias, que me

apertais

apontais nestes capitulos 4. & 5. das quais todas fíco aduirtido, pera assi estas, como as dos Bispados se não darem, salvo a pessoas benemeritas.

C. A. P. VI.

Os senhores Reys deste Reyno Dom João Terceiro, Dom Sebastião, & Dom Henrique declararão per suas prouisoões, como Mestres da Ordem de Christo, que os Comendadores não tinhaõ priuilegio para deixarem de pagar o dizimo dos bens patrimoniaes; ElRey Dom Phelippe Primeiro mandou ver na Mesa da Consciencia, a instancia das Igrejas, o que neste negocio se offerecia, conforme a direito; & se consultou que não tinhaõ priuilegio, & que assi se deuia mandar declarar; & nesta conformidade se resolveo em segunda junta, a que se cometeu, na qual votaraõ os Dezebargadores do Paço, Sebastião Barbosa, Luis Machado de Gouuea; & da M. sa da Consciencia, Ignacio Ferreira, & Domingos Ribeiro Cirne; & os Religiosos, Frei Manoel Coelho de São Domingos, & Francisco Ribeiro da Companhia: & foi por todos determinado, que os Comendadores tinhaõ obrigação de pagar dizimos dos bens patrimoniaes; E esta mesma resolução se tomou na Junta, em que presidio, como Dom Prior da Ordem de Auiz, Dom Lopo de Sequeira, que se tratou dos estatutos da mesma Ordem; & mandou ElRey supplicar a Sua Santidade passasse Breue, em que o declarasse, pera se escuzarem as demandas, que a instancia dos Comendadores poderiaõ sobreuir. E estando as Igrejas nesta posse, continuada por centos de annos pacifica, justificada com direito, & resoluções, que os senhores Reys por tãtas vezes mandaraõ tomar, & declarar por suas prouisoões, deu principio a nouas duuidas a impressaõ dos priuilegios da ordem de Christo; na qual extendem os ditos bens das Ordens, & Comendas aos bens patrimoniaes: sendo o Breue em que fundão esta nouidade muito antigo, & o mesmo que os Comendadores tinhaõ; quando os senhores Reys deste Reyno declararaõ pellas ditas prouisoões, que não tinhaõ tal priuilegio: E porque não parece justo que se dê a nossas Igrejas esta molestia, auendo precedido tantas, & tão calificadas resoluções, & que sem sermos ouvidos se perturbasse a nossa posse, & direito, & se desse causa a hum tão notauel prejuizo, como resulta da impressaõ dos priuilegios, vendose impressa, & dada por aueriguada hũa questão de

taes circumſtancias. Pedimos a V. Mageſt. mande declarar, que com a noua impreſſão ſe não fez prejuizo às Igrejas, & que ſe riſque a extenção que dos priuilegios ſe fez aos bens patrimoniaes; por ſe encontrar com o direito, & prouiſões de V. Mageſt. no que tambem ſe prejudica muito à fazenda de V. Mageſt. nas Comendas Meſtraes; & dizimos: E porque o dano he grande, & as demandas creſcem, ſerá ſeruiço de V. Mageſt. não auer niſto dilação.

R E P O S T A.

Tẽ repli-
ca, & re-
poſta no
fim dos ca-
pitulos.

P Era ſe tomar vltima reſolução neſta materia do priuilegio, & iſenção dos dizimos, que pretendem os Caualeiros das Ordens militares nos ſeus bens patrimoniaes; he neceſſario ſerem ouuidas as meſmas Ordens; o que mandarei ordenar com a mayor breuidade poſſivel. E entre tanto declaro não ſer minha tenção prejudicar ao direito das Igrejas com a impreſſão dos priuilegios da Ordem de Chriſto, de que neſte capitulo me tratais.

C A P. VII.

E Xperimentamos no gouerno de noſſas Igrejas ſe enfraquece muito o remedio das viſitas; & ſendo por ſy brando o caſtiço dos crimes que nellas ſe exequuta, de todo ſe acaba, cõ nos faltarem às prouas dos delictos, de que he cauſa o reſpeito, & medo dos poderôſos intimidarem os denunciadores; & ha niſto tanta ſoltura, que de ordinario ſe deſobedece aos editaes que mandamos publicar quando viſitamos; & ſe deſeſtimaõ cenſuras, que obrigaõ a denunciar os delinquentes; perſuadindoſe os denunciadores, que o juſto temor, & trabalho que lhe pode ſobreuir, não ſão obrigados a nos obedecer. Pedimos a V. Mageſt. faça merce ao Estado Eccleſiaſtico, de mandar emparar a noſſa jurisdição, acodindo ao bẽ eſpiritual, & dos vaſſallos deſta Coroa; mandando aos Corregedores das Comarcas, quando vão aos Pouos por correição, & tiraõ as deuaſſas geraes; deuaſſem tambem das peſſoas que nas viſitas offendem os denunciadores, & teſtemunhas que teſtemunharaõ. E que outroy a petição dos Prelados tirem deuaſſa dos caſos deſta calidade, que elles lhe apontarem, pera V. Mageſt. os mandar caſti-
gar com o rigor das leis.

R E P O S T A.

Contra os que impedirem as denunciaçãoes dos peccados publicos, pertencentes às visitas Ecclesiasticas, mandarei encarregar aos Corregadores das comarcas, & mais justiças seculares, que dem todo o fauor, & ajuda aos Prelados, & a seus Visitadores. E quando os excessos que nisto se cometerem pedirem deuação particular, se recorrerá a mi no desembargo do Paço, pera mandar prouer como cumprir a seruiço de Deos, & meu.

C A P. VIII.

Conforme os sagrados Canones, & Concilios, a residência dos Bispos em suas Igrejas, he de direito diuino, & os Sanctos, & Doctores nos ensinão quão conuem assistir nellel; & a experiencia o mostra tambem, pellos danos que vemos que se seguem na falta de seu gouerno não estando presentes: Pelloque obrigados de nossas consciencias, representamos a V.M. o muito que conuem não se feruir dos Bispos, tirandoos de suas Igrejas: E sendo V. Mag. seruido em caso de necessidade ocupar algũs, & auendo de ser a occupação por mais tempo do que elles podem, cõforme a direito, estar absentes: Que pera isso se não peça a dispensação de Sua Santidade; & que elles primeiro com effeito renunciem as Igrejas.

R E P O S T A.

Agradeçouos a lembrança que me fazeis neste capitulo, acerca da residência dos Prelados em suas Igrejas, & he muy conforme a vosso zello; & na materia della me auerei com a consideração deuida à obrigação da dita residencia, & a bem comum do Reyno.

C A P. IX. & X.

EM tempo dos Reys passados ouue ordinariamẽte neste Reyno Cardeaes Portugueses; & porque não he justo que se perca esta preminencia, & honra, tendo a V. Mag. por seu Rey, & senhor: Esperamos da Real grandeza de V.M. este, & mayores fauores, & acrescentamentos; & pedimos a V. Mag. seja seruido de o mandar propor a Sua Sanctidade, pera que neste Reyno não falte esta Dignidade, que sempre teue.

Tẽ replica, & resposta: no fim dos capitulos.

Pouos cap. 9.
Nobrez a c.
33.

Pouos c. 12.

Pomos c. 12.

DA mesma maneira pedimos a V. Magest. mande fazer supplica a Sua Sanctidade, que ordene, que entre os Auditores da Rota aja sempre hum Portugues das calidades que se requerem, como os ha das outras nações, pera que possa dar informação naquelle Tribunal dos nossos costumes, & estilo, & de tudo o mais que conuem a estes Reynos.

R E P O S T A.

Por Breue de Julio III. as causas do Rey n.º não vão fora delle,

Fico aduertido do que nestes dous capitulos 9. & 10. me propundes, & o procurarei com Sua Santidade, entendo que os Prelados que de presente ha neste Reyno, merecem igoalmente, que os passados, a dignidade que me apontais, & a conueniencia que ha pera o bom gouerno do Reyno, hauer na sagrada Rota Auditor Portugues.

C A P. XI.

Pomos cap. 5. & 6.

Conferindo o estado presente de nossas Igrejas, & os trabalhos que padecem, & promete de futuro a corrupção dos costumes dos subditos; & aduertindo que se não cumprem alguns decretos do Concilio Tridentino; & que se continuar este descuido, podem succeder inconuenientes difficultosos de remediar. E considerando tambem que nestes tempos as Religioes, & o Ecclesiastico se não venera com a decencia deuida, & que he este o primeiro, & mais efficaz meyo, com que o inimigo comum fez guerra à Fee Catholica, Nos pareceo pedia nossa obrigação ajuntarmos, & tratarmos do remedio em Concilio nacional, seguindo nisto o costume da Igreja de Hespanha, que sempre se valeu pera preseruar de grand. s. necessidades em semelhantes occasiões de concilios nacionaes. Pedimos a V. Magest. faça merce a estes Reynos de fauorecer, & ajudar o nosso intento, consentindo se execute; & alcançando de Sua Sanctidade dê poder a hum Prelado, que o possa conuocar.

R E P O S T A.

MVito bem me parece, & he muy conforme a vossa principal obrigação o que neste capitulo me apontais; & como o estado do Reyno der lugar a isso, o procurarei; & vos ficará a cargo tornar desmo a lembrar.

Pera

CAP. XII.

Pera boa administração da justiça Ecclesiastica, he muy necessario auer meirinhos nas Cidades, Villas, & lugares, em que ha Arciprestes, ou Vigairos da vara; Porque de falta delles, a ha na execução da justiça, com que as Igrejas são peor gouernadas: E porque em alguns Bispados os não houue tẽgora, & geralmente os ha em todos os mais: Pedimos a V. Magest. seja seruido cõceder aos Prelados, em cujos Bispados faltão, que de nouo os possuão pòr na forma que os tem os mais.

R E P O S T A.

NEsta materia de auer meirinhos de clerigos, & trazerem varas brancas nos lugares das Comarcas, em que ha Arciprestes, & Vigairos da vara, pedindose-me cõ causa justa, mandarei prouer com o fauor que conuem à boa administração da Justiça Ecclesiastica, & Secular.

CAP. XIII.

Os Conseruadores que os Religiosos de todas as Religioẽs tomaõ de suas causas pera Iuizes, são comũmente pessoas sem letras, & sufficiencia pera julgarem, de que ha grandes queixas, pellas semjustiças que fazem; que poderaõ tambem nacer de elles terem liberdade pera tirarem huns conseruadores, & escolherem outros; o que fazem todas as vezes, que não daõ os despachos, & sentenças conforme elles querem. E porque se atalham a mayor parte destes males, guardandose o Breue que o Papa Gregorio XV. passou sobre estes Conseruadores, com todas as declarações que nelle se contem. Pedimos a V. M. o mande guardar.

R E P O S T A.

OQue me pedis acerca da obseruancia do Breue de Gregorio XV. passado sobre os Conseruadores das Religioẽs, vos toca a vos principalmente em vossas Dioceses; E nos excessos, & abusos de jurisdição, està prouido por minha parte, com o recurso ao Iuizo da Coroa.

Tẽ replica, & resposta no fim dos capitulos.

Pouos cap. 14

CAP. XIII.

Nob. 2. c.
1. & 2.
Pouos cap. 2.
& 3.

A Experiencia tem mostrado os males, & danos que se seguem às Monarchias, & Reynos de succederem nelles Principes estranhos, & que não são naturaes: Pelloque representamos a V. Magest. que conuirá muito ao bem deste Reyno, atalhar a estes males, & danos, fazendo V. Magest. lei em que determine: Que succedendo fallecer algum dos Reys deste Reyno sem filhos, & deixando filhas; succeda a seu pay a filha mais velha; & não sendo casada, seja obrigada a casar com Portugues parente seu mais chegado; & sendo a tal filha já casada com Principe que não seja Portugues, não possa succeder a seu pay, & nesse caso succeda a outra filha mais velha, na forma que a outra auia de succeder; de sorte que não auendo filha que seja casada, ou possa casar com Portugues; fiquem todas excluidas da successam, & succeda no Reyno o parente barão mais chegado ao vltimo possuidor, & preceda o macho à femêa, por assi ser mais conformê ao que nesta successão se pretende.

R E P O S T A.

Té repli-
cada No-
breza, no
c. 1. & 2.
& reposta
no fim dos
capit.

A Materia deste capitulo, (cuja lembrança vos agradeço muito) tenho respondido nos capitulos dos estados dos Pouos, & Nobreza, pera mandar fazer ley na conformidade da que tinha ordenado o senhor Rey Dom Ioão Terceiro, com as declarações, & moderação que mais conuem à conseruação, & bem comũ do Reyno.

CAP. XV.

A Grandeza da casa de Bragança he tal, que nunca conuirá extinguirse, principalmente auendo V. Magest. por seu seruiço, & bem do Reyno fazer a ley da successão, que no capitulo acima pedimos. Pelloque representamos a V. Mag. que não sendo seruido de a dar a algũa pessoa Real; que ella se incorpore na Corôa, & nella se conserue.

R E P O S T A.

P Or ser o negocio deste capitulo de tanta importancia, como nelle apontaes, o considerarei, & tomarei nelle resolução.

POR

C A P. XVI.

POr conuir muito à authoridade deste Reyno conseruarense as Casas antigas delle em pessoas que forem do mesmo appellido, em falta de descendentes legitimos: Pedimos a V. Mag. que vagando algũs bens da Coroa, seja V. Magest. seruido de os não tomar pera ella, & fazer delles merce aos parentes do defunto por quem vagarão, sendo do mesmo appellido, & benemeritos; tendo-se respeito à pessoa a quẽ a casa se der, pera que a merce fique equiualente.

R E P O S T A.

SObre este capitulo tenho respondido ao estado da Nobreza ao capitulo 28.

*Pouos c. vlt.
que pede o
contrario.*

C A P. XVII.

A Conseruação da India, & Conquistas deste Reyno, & segurança da costa delle he tam importante ao seruiço de Deos, & de V. Magest. como bem se deixa ver, & entender; & assi tambem a grande necessidade que ha de hauer galês, & armadas neste porto; porque de algũas vezes faltarem, tem resultado notaveis inconuenientes, & perdas. Pedimos a V. Magest. mande acudir a materia tão importante, dando ordem a quẽ aja armadas, & galês; & que pera esta despeza se applicuem os direitos do anil, & pescado, & Consulado, que pera elles foraõ concedidos.

*Nobreza c.
29. & 5.*

R E P O S T A.

SObre o que me dizeis neste capitulo, está dada reposta aos Pouos, & Nobreza no capitulo 29. & 5.

*Nobreza c.
5.*

C A P. XVIII.

NO Iuizo da Coroa se trataõ todas as cousas de forças, que tocação às Igrejas, & pessoas Ecclesiasticas, ha grandes quixas do pouco respeito, que os Iuizes della, & Procuradores lhes tem. Pedimos a V. Magest. seja seruido, de que estes officios se prouejaõ em homens pios, & tidos por de boa vida, costumes, & letras; & podendo ser sejam Canonistas, que tem mais noticia do

direito

direito Canonico; porquẽ dellas se pode esperar que melhor acen-
derão o direito da Coroa, & que farão justiça às partes, com termo,
& palauras decentes, que he o que sò pretendemos, & V. Magest.
deue querer.

R E P O S T A.

M Vito importante he o que me lembrais acerca da eleição
dos Iuizes, & Procurador da Coroa, & assi ordenarei que
se execute; & vos encarrego, que aos vossos ministros Ec-
clesiasticos façais se ajão de maneira na promulgação das censuras,
& na modestia do exercicio de seus cargos, que sejaõ exemplo aos
ministros seculares, & me fique mais razão de lhes mandar estra-
nhar, & castigar qualquer excessso que n. lles ouuer.

C A P. XIX.

R Epresentamos a V. Magest. que ha muitos priuilegios neste
Reyno per occasião dos contratos; & que os administrado-
res delles não administrão justiça como deuem, por serem
sálariados pellas mesmas partes, de que ha grandes queixas: & parte
dellas se poderaõ atalhar, mandando V. Magest. limitar o numero
dos priuilegiados, & que sò gozassem dos priuilegios que forem ne-
cessarios pera o tal contracto; & que em nenhũ caso possaõ tomar
o priuilegio, nem lhe vallia despois que tiuerem já cometido os cri-
mes, & que delles se liurem diante das justiças ordinarias.

R E P O S T A.

Tenho respondido aos estados dos Pouos, & Nobreza.

C A P. XX.

O Sagrado Concilio Tridentino manda cõ graues penas aos
Bispos, que com grande cuidado, & vigilancia visitem a
clausura dos mosteiros das Religiosas, com poder ordina-
rio nos de sua jurisdição, & em todos os mais, como delegados da
sancta Sê Apostolica; & vendo a clausura, procurem o remedio de
sua obseruancia, ou conseruação: & porque Sua Santidade foi in-
formado, que neste Reyno auia remissão em se praticar este decre-
to; veo carta da cõgregação dos Eminen tissimos Cardeaes, pera os

Arce-

Nobreza c.

18.

Pouos cap. 21.

23. 24. &

cap. 49.

Arcebispos, & Bispos, em que de nouo lhe mandão o guardem inteiramente; & reconhecendo a muita utilidade, & necessidade destas visitas; as deixamos fazer pella repugnancia dos lugares, a que os mosteiros das Religioſas eſtão ſujeitos; & em alguns que ſe intentarão fazer, ouue grandes difficuldades, & inquietações. Pedimos a V. Mageſt. ſe ſirua de nos dar fauor, & ajuda pera melhor poder-mos acudir a eſta obrigação, como o meſmo Concilio encomenda aos Principes Chriſtãos; & o meyo que ſe nos offerece he mandar V. Mageſt. eſcreuer aos Geraes, & Prouinciaes ſuperiores das Religioes, que não perturbem, nem inquietem noſſa jurisdição, antes eſcreuão ás Abbadeças, & Prioreças deixem pacificamente viſitar a clauſura de ſeus Conuentos; & porque conforme ao meſmo Concilio, nos podemos valer do braço ſecular. Deue V. Mageſt. mandar eſcreuer aos Corregedores, que nos aſſiſtao, & ajudem quando o pedirmos; & os Prelados farão eſtas viſitas quando lhe parecer conueniente na forma do meſmo Concilio, procedendo em tudo como ſe diſpoem no Breue de Gregorio XIII.

R E P O S T A.

NA materia deſte capitnlo farei obſeruar o que o ſagrado Concilio Tridentino encomenda aos Principes Chriſtãos, & a jurisdição que niſto pretendeis, conforme ao meſmo Concilio he cauſa Eccleſiaſtica, em que os Prelados das Religioes exemptas pretendem ſer ouuidas, & o que Sua Santidade nella determinar, farei guardar.

C A P. XXI.

Sendo os ſenhores Reys antecellores de V. Mageſt. informados dos grandes danos, & inconuenientes que ſe ſeguião, de que os chriſtãos nouos tiueſſem officios da Republica, aſſi de julgar, como outros, ſe fez ley que nenhũa peſſoa deſta nação os pudeſſe ter; & ſendo tão juſta, & importante ao bom gouerno, & adminiſtração da juſtiça, por reſpeitos particulares, ſe tem diſpenſado nella, & outros ſem diſpenſação ſeruem os ditos officios. Pedimos a V. Mageſt. ſeja ſeruido mandar, que eſta ley ſe guarde inteiramente, & daqui em diante ſe não diſpenſe em ella com peſſoa algũa.

Tê repli-
ca, & re-
poſta no
fim dos ca-
pitulos.

Pouos cap.
17. & 39.

R E P O S T A.

NO que neste capitulo me pedis, está provido por seus Regimentos, & prouisoões minhas de 602. & 603. & encomendado a meus Tribunaes tenham na obferuancia delles a consideração que conuem pera bom gouerno, & administração da justiça.

C A P. XXII.

AFazenda he o neruo da guerra, & o fundamento com que se sustenta o Reyno, assi na mesmã guerra, como na paz: pela qual razão se propoem a V. Magest. mande tratar da conservação, & augmento das rendas Reaes pellos meynos aqui apontados. Que dos bens da Coroa se não fação doações immoderadas. Que as que estão feitas em pessoas estrangeiras se reuoguem, & se tornem a incorporar na Coroa; ordenandose por ley inuiolauel, que se não possaõ fazer ao diante, & que de tal modo fiquem nullas com resistencia da ley, que não fação os possuidores os frutos seus.

R E P O S T A.

ALembrança que neste capitulo me fazeis, que dos bens da Coroa se não fação doações immoderadas, vos agradeço, & aos capitulos dos estados dos Pouos, & Nobreza tenho respondido.

C A P. XXIII. & XXIIII.

ENtre os ministros da justiça Ecclesiastica, & secular ha continuas differenças, com grande dispendio do bem cõmum, & descredito dos ministros, & muitas vezes cõ offensa da liberdade Ecclesiastica. Pelloque ficando sempre saluo a Regalia de V. Mag. nas occasiões em que como Rey, & senhor deue acudir à oppressão de seus vassallos. Pedimos a V. M. que se faça hũa concordata das jurisdicções Ecclesiastica, & Secular nos casos mais frequentes, & sobre que se tẽ leuantado mayores diuidas; & que pera isto mande V. M. ordenar hũa junta de pessoas Ecclesiasticas, & Seculares das mayores letras q̃ ouuer no Reyno, que concordẽ os casos, & tomẽ assento nelles cõ consentimento de V. M. & dos vassallos, & clero; & nas materias que for necessaria approuação do Papa, se lhe pedirã.

Pouos cap.
108.
Nobreza
cap. 11.

Nobreza
cap. 28.

A Ordenação do Reyno, que prohibe às Igrejas. acquerirem, & terem bens Reaes, se pretendeo praticar nas Capellas, & anniuersarios de Missas, que os defuntos deixão às Igrejas por suas almas, de que resultaõ as denunciações das Capellas, que toraõ occasião de interdito gèral desta Cidade, cõ o mais que delle se seguiu; & com a felice restituição do Reyno a V. Magest. se levantou. Pedimos a V. Magest. mande nisto tomar justa determinação com maduro conselho, peraque nem as Igrejas fiquem offendidas, nem a Regalia de V. Mag. se perca no que for licito, & justo.

R E P O S T A.

NA conformidade do que nisto tenho respondido ao estado da Nobreza, mandarei ver o que me apontaes nestes dous Capítulos 23. & 24. & se tomarà vltima resolução.

C A P. XXV.

POr serem os habitos das Ordens militares insignia de nobreza, & satisfação de seruiços, que a V. Magest. & ao Reyno se fazem, assi na guerra, como na paz, será conueniente que se dem a pessoas que tenham limpeza de sangue, ou taes seruiços, que bem o mereção. Pelloque pedimos a V. Magest. mande guardar inteiramente as diffinições, & estatutos das Ordens militares no lançar dos habitos; & auendo causa pera V. Magest. dispensar com algũa pessoa, seja sòmente aquella, que por sua qualidade, valor, ou seruiços feitos na guerra, ou na paz mereça fazerse-lhe esta merce.

R E P O S T A.

EStà dada resposta sobre o que me dizeis neste capitulo aos estados dos Pouos, & Nobreza.

C A P. XXVI.

TEm mostrado a experiencia serem muito prejudiciaes à nobreza do Reyno alguns capitulos da ley mental, & que conuem muito ao estado do mesmo Reyno auer nelles alteração,

G

peraque

Nobreza c.
22.
Pouos c. 84.

Nobreza c.
22.
Pouos c. 74.

Nobreza c.
26.
Pouos cap.
17.

O mesmo
se pedio
no c. 41.
da Nobre
zanas Cor
tes de 619

peraque assi sejaõ os senhores Reys melhor seruidos, & tenhaõ vassallos que conseruem a nobreza, & casa de seus passados. Hũm delles he serem excluidos dos bens da Coroa as filhas, & netas dos Donatarios. outra auer de succeder o filho segundo, que se acha viuo ao tempo da morte de seu pay, & não o filho do filho primogenito falecido em vida delle; porque com o temor de succeder este caso, não achão os filhos mayores casamentos iguais à sua qualidade; & da mesma maneira o Donatario que não tem mais que a filha, a não pode casar com tão grande pessoa como casara se ouuera de succeder nos bens da Coroa. Pelloque pedimos a V. Magest. mande reuogar a Ordenação do liuro 2. tit. 35. §. 1. & 4. ordenando que na successão dos bens da Coroa aja representação, assi como nos morgados, & bens patrimoniaes, succedendo o neto filho do filho mais velho falecido em vida do pay; & podendo succeder a filha, ou neta em falta de filho, ou neto varão, & não filho segundo.

R E P O S T A.

Nobreza c.
27.
Pouos cap.
vlt.

Tenho respondido aos estados dos Pouos, & Nobreza.

C A P. XXVII.

NEsta occasião da felice restituição destes Reynos de V. M. se acharão em Castella na Corte de Madrid muitos fidalgos, & titulares aparentados com toda a nobreza deste Reyno, os quaes não ha duuida serem leaes vassallos de V. Magest. & o auerem de reconhecer por seu Rey, & senhor. Pelloque pedimos a V. Magest. se trate da restituição delles com todos os partidos, & meynos conuenientes que não encontrarem o bem comum, & defensão do Reyno, & alta superioridade de V. Magest.

R E P O S T A.

Nobreza c.
30.

AGradeçouos a lembrança que neste capitulo me fazcis, sobre a qual tenho respondido ao estado da Nobreza.

E Todas estas cousas, & cada hũa dellas, conteudas nas ditas repostas, incorporadas nesta carta patente, Hey por bem, & quero, & mando de meu proprio motu, certa sciencia, poder Real plenario, & absoluto, que em tudo, & por tudo se cumpraõ, & guardem, & hajaõ effeito tão inteiramente, como he declarado em cada hũa das ditas repostas, sem duuida, nem mingua-mento algum, & por firmeza de tudo o que nesta Carta se contem, a mandei fazer por mim assinada, & selada do meu selo grande, a qual està escrita em quarenta & hũa meyas folhas, assinadas ao pè da primeira lauda de cada hũa dellas por Francisco de Lucena do meu Conselho, & meu Secretario de Estado. Dada na Cidade de Lisboa aos doze dias do mes de Setembro. Ioão Pereira de Souto maior a fez. Anno do Nascimento de nosso Senhor Iesu Christo de mil seiscentos & quarenta & dous, & eu Francisco de Lucena a fiz escreuer.

R E Y.

1. The first part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

2. The second part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

3. The third part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

4. The fourth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

5. The fifth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

6. The sixth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

7. The seventh part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

8. The eighth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

9. The ninth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

10. The tenth part of the document is a list of names and addresses, which appears to be a directory or a list of contacts. The names are written in a cursive script, and the addresses are listed below them.

135

REPOSTAS A REPLICA

QUE FEZ O ESTADO DA NOBREZA,

& do Ecclesiastico sobre algũas das que lhes mandei dar no anno de 1642. aos primeiros Capitulos que por sua parte se me offerecerão em Cortes geraes de 1641.

AS PRIMEIRAS REPOSTAS FORAM EM 12. de Setembro de 1642. & estas em 19. de Dezembro do mesmo anno, & as declarações são de Julho, & Agosto de 645.

A REPLICA DA NOBREZA.

VI a replica, que o Estado da Nobreza junto em Cortes me fez, sobre a resposta que lhe mandei dar aos Capitulos que por sua parte se me offerecerão nas Cortes, que celebrei o anno passado nesta Cidade; & por folgar de fazer merce ao Reyno hey por bem de lhe mandar responder na forma seguinte.

AO CAPIT. I.

QVanto ao primeiro capitulo sobre a successão da Coroa destes Reynos, me pareceo mandar fazer ley, porque declare, que a successão do Reyno não poderá nunca vir em tempo algum a Principe estrangeiro, nem a filhos seus, inda que sejam parentes mais chegados do Rey ultimo possuidor; antes andará sempre em Principe natural do mesmo Reyno. E pera se ordenar na forma que conuem, nomeo aos D. D. Thome Pinheyro da Veiga, Luis Pereira de Castro, Jorge de Araujo Estaço, & a Antonio Paes Viegas.

AO CAP. IV.

EPello que toca à replica da Reposta sobre o quarto capitulo, em que se me pede a obsequancia do Regimento de ElRey D. Manoel, sobre a administração das Terças, me pareceo dizer, que por hora não eouem alterar o que está assentado, & respondido a este capitulo.

AO CAP. XXIII.

E Pello que toca ao vinte & tres, sobre auer na Camara desta Cidade promiscuamente Vreadores fidalgos, & letrados: Me pareceo dizer, que sendo o Presidente da Camara fidalgo, sempre a nobreza ficaua com a mayor, & melhor parte do gouerno da Cidade; & quando conuenha reduzir a menor numero os seis Dezembargadores, que nella ha (como parece justo) mandarei extinguir dous lugares, por ficarem aliuiadas as rendas da Cidade, & não serem necessarios tantos ministros pera o gouerno della.

AO CAP. XXV.

PArece-me tenho diffirido na forma que mais conuinha ao que se me propoz nos vinte & cinco capitulos, sobre auer no Conselho da fazenda hum sò letrado; pelloque não ha cousa pella qual justamente se deua alterar nesta materia.

AO CAP. XXVII.

E Pera o que se me pede nos capitulos vinte & sete, sobre a reuogação da Ordenação do liuro segúdo titulo trinta & cinco, §.1. sobre auer representação na succeção dos bês da Coroa, assi como nos morgados dos bens patrimoniaes, & que succedão as filhas em falta de filhos baroës. Por fazer merce aos nobres do Reyno, & por desejar que as familias, casas, & estados de meus vassallos se conseruem, & augmentem em sua antiqua nobreza, & por folgar que sejam sempre honrados, & acrescentados. Hey por bem, que na succeção dos bens da Coroa por falecimento do Donatario ultimo possuidor, aja representação sòmente entre seus descendentes baroës, sê embargo da dita Ord. do lib. 2. tit. 35. §. 1. q dispunha o contrario; A qual hey por derogada neste caso; de maneira que o netto, ou qualquer outro baron legitimo descendente do filho primogenito, seja sempre preferido ao filho segundo: & que assi se julgue, & pratique daqui em diante, postoque as doações sejam antiquas; salvo naquellas, aonde alem da prohibição da ley mental se achar expressamente declarado que succeda filho segundo, & não o neto do

filho

filho primogenito, porque nestas se guardará sua disposição. E sobre a successão das filhas, não cõuem a meu seruiço, & ao bem do Reyno, & das familias alterar o que está disposto pela Ordenação.

AO CAP. XXVIII.

DO capitulo vinteito, em que se me pede, que os bens da Coroa, que vagarem, se dem sempre aos descendentes, & parentes dos Donatarios: & que sò em caso que os não aja se possaõ dar a outras pessoas. Tenho mandado responder o que me pareceo conuinha a esta materia, & na forma da dita resposta folgarei sempre de fazer ao Reyno toda a merce, & honra que ouuer lugar.

AO CAP. XXXI.

E Quanto a se limitarem os dotes, como se representa na replica aos 31. capitulos, & a se inhabilitarem pera os foros, & bens da Coroa, os que casarem com gente de nação de christãos novos. Hey por bem mandar fazer ley sobre o limite dos dotes. O Estado da nobreza me aponte os modos, & meynos conuenientes, com que melhor se possa ordenar. E mandarei se guardem inuiolauelmente as promissoes que se hão passado sobre os que casão com gente da nação; & pera se executar o que fica referido, mandarei dar os despachos necessarios. Em Lisboa a 19. de Dezembro de 1642.

DECLARACAM DA REPOSTA DO CAP. XXVII.

MAndei ver de nouo com muito particular attenção (por affi o pedir a materia) a Reposta que dei ao capitulo vinte sete dos que me propos o Estado da nobreza nas Cortes q se celebrarão nesta Cidade, sobre auer representação na successão dos bẽs da Coroa, a fim de succeder nelles o neto filho do filho mais velho, & não o tio filho segundo do vltimo possuidor, & pareceo-me declarar, que aquella resolução não terá lugar, nem comprehendêrã os filhos segundos, que ao tempo da publicação della tiuerem o primeiro, & mais proximo lugar na successão de seus pays, por se não acharẽ precedidos de filho mayor successiuel, que ao tal

tempo estiveſſe viuo, por quanto eſtes ſuccederão, ainda que fiquem netos filhos do filho mais velho falecido, ſaluo auendo na doação, & instituição clauſula, & diſpoſição expreſſa em contrariô. O Deze- bargo do Paço tendo entendido, faça incorporar eſta declaração na ley, que ſobre eſta materia ſe ha de fazer. Em Lisboa a 13. de Iulho de 1645.

DECLARAÇÃO DA REPOSTA DO CAP. XXXI.

VI a reposta que o Estado da nobreza junto em Cortes me fez ſobre a limitação dos dotes, & a replica que me offereceo ſobre a primeira reposta que lhe mandei dar, & hum papel que vltimamente fez por ordem minha, ſobre as clauſulas da ley, que me pede mande promulgar ſobre iſto; & cõformandome com o que lhe pareceo. Hey por bem que o Dezebargo do Paço faça ley, que me virã a aſſinar, perque ſe limitem os dotes a quantia de doze mil cruzados, de que não poderá paſſar nenhum, ſob pena de o exceſſo ficar pello meſmo feito perdido pera minha fazenda, ainda que nas peſſoas das dotadas ſe achem todas as qualidades, & merecimentos que ſe podem conſiderar, não entrando porem naquella quantia as legitimas, & heranças, que por qualquer via ſe diffiraõ às dotadas; aſſi o execute o Dezebargo do Paço. Em Lisboa ao primeiro de Agoſto de 1645.

REY.

REPLICA QUE FEZ

O ESTADO ECCLESIASTICO,

& Repostas que a ella mandei dar.

VI a réplica, que o estado Ecclesiastico junto em Cortes me fez, sobre a reposta que lhe mandei dar aos Capitulos, que por sua parte se me offereceraõ nas Cortes, que celebrei nesta Cidade o anno de 641. & por folgar de fazer merce ao Reyno, & em particular ao estado Ecclesiastico; hey por bem mandarlhe responder na forma seguinte.

AO CAP. VI.

QVanto a replica sobre a reposta, que mandei dar ao capitulo sexto sobre os Comendadores, & Caualeiros das Ordens militares se quererem izentar de pagar dizimos; desejando que as Igrejas cresão de rendas, pera serem melhor seruidas; Quero, & mando se guarde o Aluarà passado em sete de Feueireiro do anno de mil & quinhentos & cincoeta, que he o que posso fazer, sobre a posse, que toca a minha jurisdicção, & pera que na propriedade se tome resolução breuemente, mandarei dar carta pera a pessoa, que en Roma fizer os negocios desta Coroa, tratar com Sua Santidade da vltima determinação sobre esta duuida.

AO CAP. IIII.

A Replica sobre o quarto capitulo, que se me offerceo em outro papel differente, sobre não auerem de pensionar os Bispados em mais da quinta parte, & auerem de ficar sem pensão alguma o Arcebispado de Braga (por seus muitos encargos,) & o Bispado de Portalegre (por sua pobreza,) está bastantemete satisfeito com a primeira reposta que lhe mandei dar; & pode estar certo o estado Ecclesiastico, que quando prouer os Bispados, terei muito particular attenção a que se não carreguem com mais pensão, da que justamente puderem soffrer, segundo o merecimento das rendas de cada hum ao tempo dos preuimentos; E quanto a se cobrarem as pensoes, que pagão aos ausentes por pessoa Ecclesiastica, assi se via, & mandarei se não altere este costume.

AO CAP.

AO CAP. VII.

T Ambem parece que està bastantemente satisfeito com a resposta que m' dei dar ao que se me propoz pello capitulo sétimo, sobre mandar aos Corregedores das comarcas deuaísem por Correição das pessoas, que nas visitas dos Ecclesiasticos offendem os denunciadores, ou testemünhas, & que à petição dos Prelados tirem tambem deuaíssa particular dos casos, que nesta materia lhe apontarem, pera eu mandar castigar os que forem culpados. Mas por mostrar aos Prelados, quanto estimo o zello que tem, de por todas as vias se euitarem peccados; Mando ordenar ao Dezembargo do Paço, que todas as vezes que lhe fizer queixa algum Prelado sobre materia que toque a reformação de costumes, lhe mandem differir, sem preceder a diligencia de informação sobre a verdade da queixa, não atendo razão particular pera o contrario, pois he de crer a faraõ sempre tão justificada, como deuem ao estado que tem, & lugares que occupão.

AO CAP. XII.

E A replica sobre o capitulo doze, em que me pede lhe faça merce conceder aos Prelados, em cujos Bispados faltão meirinhos, que os possão pôr de nouo, & que tenham faculdade de vsar de vara branca, como em algũs Bispados se costuma; Me pareceo, (alem do que lhe mandei responder,) dizerlhe; que assi como fico aduertido para prouer com fauor das Igrejas, sobre auer meirinhos nos lugares onde ouuer Vigairos da vara, & Aciprestes, assi o fico tambem pera lhes conceder a insignia da vara branca, sobre o que recorrerão ao Dezembargo do Paço, como sempre se fez, & ali mandarei lembrar se diffira com todo o fauor que parecer necessario, pera boa administração da justiça.

AO CAP. XX.

D Eue dar-se o estado Ecclesiastico por satisfeito com o que mandei responder ao que me propos no capitulo vinte sobre os Bispos, & Arcebispos auerem de visitar os Mosteiros

de freiras

de freiras das Religioſas izentas, porque não conuem alterar por reſolução minha, o que tẽgora ſe vſou; Quando Sua Santidade vltimamente reſolua o contrario; poderei pellos meyos cuſtumados mandar (ſe neceſſario for) executar o reſoluto.

O Que de nouo me propoem ſobre a jurisdição, que os Biſpos pretendem tẽr nos Parrochos Regulares, quanto à Cura das almas, & adminiſtração dos Sacramentos, he materia totalmente Eccleſiaſtica; mandarei ordenar ſe tome nella vltima reſolução, com a breuidade que for poſſivel. Em Lisboa a 13. de Julho de 1645.

R E Y.

*ALVARA SOBRE OS DIZIMOS DOS CAUALEI-
ros das Ordens Militares do anno de 1550. a que ſe refere
a reposta do capitulo VI.*

E V ELREY faço ſaber aos que eſte Aluará virẽ, que o Deaõ, & Cabido da Sẽ deſta cidade de Lisboa me emuiaraõ dizer, que alguns Comendadores, & Caualeiros da Ordem de noſſo Senhor Ieſu Chriſto ſe aleuantaraõ a não quereſem pagar dizimos do paõ, vinho, azeyte, gados, fruitos, & de todas as mais nouidades de ſuas proprias herdades, vinhos, & propriedades, & de ſeus gados, & criações, & de outras couſas ſuas proprias, que não ſaõ bens, nem rendas de ſuas Comendas, nem da dita Ordem, de que per direito, & coſtume o deuem pagar, eſtando elles em poſſe de muitos annos de lhe pagarem os ditos dizimos; Allegaõ as taes peſſoas, que ſaõ dello izentos per bem do priuilegio da dita Ordem, que deziã ter, & que ſobre iſſo pendiaõ já algũas demandas, Pedindome que os mandaffe manter em ſua poſſe. E viſto ſeu requerimento, hey por bem, & mando aos Corregedores, em cujas Comarcas pertencer ao dito Cabido arrecadar os ditos dizimos, que ſendo requeridos pello dito Deaõ, & Cabido, ou ſeus officiaes, ou rendeiros, cada hum em ſua jurisdição, & conſtandolhe, ouuidas as partes, a que tocar ſummariamente, que o dito cabido eſtã em poſſe de auer, & lhe pagarem os ditos dizimos, os mantenhão na dita poſſe, & conſtrangendo os ditos Comendadores, & Caualeiros da dita Ordem que lhos paguem, poſto-

que

REY.

 

ALGVNS DOS ALVARAS,
DECRETOS, E LEIS DELREY
DOM IOÃO O III. NOSSO SENHOR,
por bem de Iustiça, & do Reyno.

*DECRETO DE RATIFICAC, A M DAS MERCES,
& despachos feitos antes de 1. de Dezembro de 1640.*

HEy por bem que as resoluções tomadas, & merces feitas até o primeiro do mez de Dezembro passado, em que fui aclamado por Rey, de que ainda não estauão dadas as portarias, ou feitas as prouisoões, ou não erão passadas pella Chancelaria, tenham effeito, & se fação em meu nome as portarias, & prouisoens dellas; & offerecendose razões particulares pera se auer de suspender o comprimento de algũa, se me dará conta; E nesta cõformidade se proceda pelo que toca ao Dezbargo do Paço. Em Lisboa a 10. de Janeiro de 1641. R E Y.

*PROVISAM DO USO DOS PRIVILEGI S DOS
Pouos até S. M. estar em confirmações, & graças no despiamento
das Cortes de 1641.*

DOm Ioão por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues, daquem, & dalem, mar, em Africa, senhor do Brasil, de Guiné, & da conquista, nauegação, & comercio, de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India. Faço saber aos que esta minha prouisão virem, Que nas Cortes Gêraes que se celebrarão nesta Cidade de Lisboa em vinte oito de Janeiro deste anno presente, pera que mandei conuocar os tres Estados do Reyno, tendo precedido a aclamação, & juramento solemne, & preito, & homenagem, que por elles me foi feito, como a seu verdadeiro, & legitimo, Rey, & senhor natural, com o aucto de juramento, em que na forma costumada jurei de lhes guardar seus bons, & antigos costumes, priuilegios, graças, liberdades, & franquezas, que pellos senhores Reys meus antecessores lhes foraõ outorgados, & confirmados. Pellos procuradores de algũas das ditas Cidades, & Villas, (alem dos capitulos gêraes do estado dos Pouos) se me offerecerão

petições, & alguns apontamentos, & capitulos particulares, per que me
pedião ouuesse por bem confirmar alguns priuilegios, prouisoões, & gra-
ças, que a algũas dellas em particular forão cõcedidas, pedindo outras de
nouo, que dezião serem conuenientes ao bom gouerno, & prol comum
das ditas Cidades, & Villas; & eu polla muito boa vontade, & amor que
tenho a estes meus Reynos, & vassallos, continuando com o que sempre
lhes tiuerão os senhores Reis meus antecessores, & com a vontade com
que desejo fazerlhes merce conforme a sua antiga lealdade, & ao prom-
pto animo com que de presente se offerecerão a me seruir pera a defen-
são destes Reynos com as pessoas, vidas, fazendas, como bons, & leaes
vassallos, desejando eu de em tudo lhes cõprazer, & fazer graça, & mer-
ce, conforme ao estado presente das cousas: folgara deferirlhes logo às
suas justas pretenções. Porém considerando que com os ditos capitulos
se não offercem as mais das prouisoões de priuilegios, & Aluarás, de que
pedem confirmação, & em outras he necessaria mais informação, por
não prejudicar a terceiros, & à justiça, & outras forão feitas em tempo
da inuazão, & occupação destes Reynos, com respeito prejudiciaes a
seu bom gouerno em ordẽ a oppressão dos tributos, de que pello amor
que lhes tenho fui seruido releualos, & por a breuidade do tempo, & auer-
em de acodir a suas obrigações, & de meu seruiço, & o bem publico
não permitir a dilação necessaria a se examinarem, nem a particular af-
feição que lhes tenho despedirem-se sem toda a merce, que de presente
ha lugar; Hey por bem, & me praz, por lhes fazer merce, que elles go-
zem, & vsem das Cartas de priuilegios, que pellos senhores Reis meus
antecessores forão concedidos às ditas Cidades, & Villas, de que estiuere
de posse, em quãto não publicar, & estiuere em despacho de confirmações,
& pella mesa do Dezembargo do Paço se passarão os Aluarás nesta con-
formidade, que se me enuiarão a assinar, com aduertencia de que se por
alguns constar, que são contra bem comum do pouo, ou meu seruiço,
se me dará conta primeiro: & nos mais particulares que contem, & pe-
dem nos mais apontamentos do bom gouerno, justiça, & nouas merces,
(alem dos ditos priuilegios, que lhes estão concedidos) se consultará, &
deferirá pellos ministros a que toca, & pera isso tenho ordenados, como
julgar que he mais seruiço de Deos, & meu, & cumprir a bem publico
das ditas Cidades, com o mesmo fauor, & intento de lhes fazer merce
com toda a breuidade; E em particular pello Presidente da Mesa do Pa-
ço se encargará aos escriptuães da Camara das Comarcas, corraõ com as
lembranças que lhes deixarem, & seus papeis, & que lhes enuiarem, lem-

brando

brando a reposta, & despacho, & quero, & mando que esta prouisão se cumpra, & guarde, como nella se contem. Dada em Lisboa aos oito dias do mez de Março. Antonio de Couto Franco a fez anno do Nascimento de nosso Senhor Iesu Christo de 1641. Francisco de Lucena a fez escreuer. R E Y.

*ALVARA DE DECLARAC, AM, E LIMITAC, AM
dos priuilegios do foro dos soldados alistados, & regimento do Ouvidor geral,
& Ouvidores da gente de guerra 14. de Junho 642.*

V EL REY faço saber aos que este Aluarà virem, que vendo Eu o que se me representou pello Regedor, & Dezembargadores da Casa da Supplicação, & pello Chancelher da Casa do Porto, & por cartas, & informações de outras Cidades, & Ministros zelosos de meu seruiço, & bem publico sobre os grandes inconuenientes, & vexação, que se segue no Reyno contra o seruiço de Deos, & meu, & boa administração da justiça com a largueza dos priuilegios de foro, que se passarão aos soldados, & jurisdição do Ouvidor Geral da gente de guerra, & mais Ouvidores; conhecendo, & aduocando todas as causas ciueis, & crimes dos ditos soldados: vindo-se alistar os mais facinorosos, & delinquentes, & deuedores pera impunidade de seus crimes, & vexar seus contendores, & trazer em viuas, & pobres, & pessoas miseraueis nos casos crimes, & ciueis auexados diante os ditos Ouvidores das fronteiras, & vindo dahi por appellação ao conselho de guerra, com que perdião sua justiça, & priuilegios, de que são alguns incorporados em direito, & prouocandose os soldados a resistencias, & offensas da justiça, & outros excessos com clamor, & escandalo publico, contra a tenção com que se lhes concedem os ditos priuilegios; E querendo Eu hora nisso prouer como conuem ao seruiço de Deos, & meu, & boa administração da justiça, & paraq de maneira os soldados, que estão em defensão do Reyno sejam fauorecidos com priuilegio conueniente, & que cessem as ditas vexações, & queixas, & tendo Eu mandado ver, & consultar tudo no meu Dezembargo do Paço (a quem pertence passar semelhantes prouisoões de jurdição, administração da justiça, & bem publico) conformandome com seu parecer, & dos do meu Conselho, Hey por bē que o dito Aluarà do Ouvidor Geral, que se passou ao Doutor Antonio de Mariz Carneiro, & aos mais Ouvidores se recolhão, & não vsem mais

delles, & que os soldados pagos sômente gozarão de priuilegio de foro nos crimes cometidos depois de alistados, & terem alientado praça nos Almazês, cõ certidão dos officiaes delles, & não nos casos ciueis, & que os Corregedores na cabeça de sua Comarca, & onde não ouuer Iuiz de fora, & os ditos Iuizes de fora siruão de Ouuidores da dita gente de guerra cada hum em seu districto, & em ausência do Corregedor, & dos mais, quem por elles seruir, & exercitarão o dito cargo com seus officiaes, por evitar a multiplicação, & competência dos Ministros, com tanto perjuizo da justiça, & acreação de novos officiaes, & formar nouo juizo, podendo seruir os ditos julgadores com os officiaes de seu juizo, sem dilação, nem molestia. E hey por bem que o Doutor Esteuão Leitão de Meirelles Corregedor do crime da Corte sirua, & tenha cargo de Ouuidor Geral da gente de guerra alistada, & paga nesta cidade, & seu termo, & conheça, & aduocará os ditos casos crimes de primeira instancia, & dos presidios dos castellos do dito termo de Cascaes, & Setubal, dando appellação, & aggrauo pera o conselho de guerra, & dos Ouuidores virão a elle; & terão assio dito Ouuidor Geral, como das Fronteiras, nas penas, & causas, de que conforme a este Alvará podem conhecer, & nas sospeições, a mesma Alçada, & procedimento, que por seu Regimento lhes compete até ter outra ordem, & Regimento, que lhes mandarei dar; Conhecendo os Iuizes de fora, como Ouuidores, com a alçada, & regimêto dos Corregedores, nos casos de sua Ouuidoria, & nas desobediencias, & culpas militares que succederem, terãõ os Capitaes, & Fronteiros Mores, & o dito Ouuidor a jurisdição necessaria à prisão, & castigo summariamente, como o caso pedir; & nos motins, rebellião, & treição, & casos semelhâtes (que não soffrerem dilação) o Fronteiro Mór, com o Ouuidor, & outro julgador, Prouedor, ou outro mais proximo, terãõ alçada até morte inclusiue, não soffrendo o crime dilação, salvo nos fidalgos, & Capitaes, de qu' se me dará conta, mandandoos trazer presos, como a calidade do caso pedir: & o dito priuilegio de foro, & jurisdição dos Ouuidores se nam entenderá nem compreenderá os soldados das companhias da Ordenança, & seus officiaes, que não tem por seu Regimento o tal priuilegio, & se cõpirã o das ditas ordenanças, como nelle se contẽ; sômente dos casos q' estão reseruados no capitulo vltimo, & outros das ditas Ordenanças pera a pessoa que eu ordenasse. Conhecerã o dito Corregedor da Corte, por esta commissão, na forma do dito Regimento, em quanto o ouuer por bem, & os Corregedores da Cidade assistiraõ como Ouuidores dos terços das companhias da Ordenança desta Cidade pera execução, & fauor sômẽ-

te no que cumprir sua assistẽcia, & conheceraõ dos casos, penas, & aggrauos, que pello s capitulos 24. 25. & 45. & os semelhantes do dito Regimẽto pertence m às justiças ordinarias. E mando aos Dezembargadores, officiaes, & pessoas de meus Reynos, & Senhorios, que cumprão este Aluarã em todo, & por todo, como se nelle contem: o qual se registrará nos liuros do Dezembargo do Paço, & Casa da Supplicação, & Relação do Porto, & ao Chanceller mór, que o faça publicar na Chancellaria, & enuiar os treslados delle sob meu sello, & seu final às Comarcas do Reyno, pera a todos ser notorio o que por elle ordeno, & me praz que valha, & tenha força, & vigor, como se fosse carta feita em meu nome, & por mi assinada, sem embargo das Ordenações em contrario. Antonio de Moraes o fez em Lisboa a 14. de Junho de 1642. Baltezar Rodriguez de Abreu o fez escreuer.

R E Y.

Decreto em confirmação da lei precedente, sobre consulta do Conselho de guerra.

E Sta prouisão se passou com todas as boas considerações de meu seruiço, melhor gouerno do Reyno, & administração da justiça, & assi se ha de executar; & deuese aduertir, que nenhũ priuilegio, nem izenção pode valer nos crimes cometidos antes do priuilegio, nem he possiuel praticarse na gente das Ordenanças, que nunca o tiueraõ, & comprehendem todo o Reyno, & muito menos entenderse nos casos ciueis; o q se ouiesse de ser, ficariaõ escusos, & sem exercicio todos os Tribunaes, & ministros de justiça ordinaria: & não he este o intento principal, com que mandei fundar o Conselho, mas o da boa ordem, & disciplina dos soldados, & defensão do Reyno. Em Lisboa a 17. de Julho 1642.

R E Y.

Que as Justiças entrem no Castello de São Jorge de Lisboa pera as diligencias da Justiça.

A O Conselho de guerra tenho ordenado, que não impida às Justiças irem ao Castello às diligencias que se lhe ordenão, com que se faça logo. Lisboa Julho 23. de 1644.

Em consulta da Mesa do Paço sobre o Conselho de guerra impedir à Relação de S. Mag. de 28. de Junho, em que ordenaua, que se não impedisse a dita entrada, em petição de Diogo Fajardo contra o Sargento mór Constantino Cadena.

*DECRETO DE LIMITAC,AM DO PRIVILEGIO
de soldados delinquendo fora das fronteiras.*

Fazendose consulta no Dezembargo do Paço, sobre João Godinho soldado preso em Coimbra, por furtar hũa coroa de prata da cabeça de Nossa Senhora da Paz, que lhe acharão na algibeira, & per precatorio do Mestre de Campo da Fronteira se pedia que lho remetessem, tomou S. Mag. a resolução gèral seguinte.

Como parece, & peraque os soldados a conta do privilegio do foro não cometaõ semelhantes crimes, mando passar ordem, que se lhe não guardem se não na fronteira, ou estando fora dellas com licença licita, & dentro dos termos com que se lhe der. Lisboa 9. de Outubro de 1645.

R E Y.

*LEI DE DECLARAC,AM, E LIMITAC,AM
dos privilegios de Malta de 9. de Julho de 642.*

EVELREY faço saber aos que este Aluarà virem, que eu fui informado por cartas, & queixas que de muitas partes do Reyno, & em particular dos Julgadores, & Capitaes das ordenanças, & fronteiras me vieraõ, sobre as inquietações, & desordens que de ordinario se seguem contra o serviço de Deos, & meu, & bom gouerno, & administração da justiça, quietação, & defensão do Reyno, com as continuas censuras, & procedimentos dos Conseruadores Apostolicos da Religião de São João de Malta, passadas com protexto da defensão, & obseruancia de seus privilegios, & do grande numero dos ditos privilegios affectados, & modo com que se alcançaõ, & do com que pellos ditos Conseruadores se lhe passaõ cartas, como se foraõ cazeiros encabeçados, com imporem hum foro de hum frango, ou cousa semelhante sobre hũa casa, ou propriedade, & repartindo entre muitos, ou comprando com hũa minima pensão, pera se izentarem a título do privilegio que não tem: com que sou informado que chegaõ nesta cidade de Lisboa, & termo a numero de quinhentos privilegios, & nas mais Cidades, & Villas do Reyno, a esse respeito, com que sò se izentauão os ditos privilegiados do serviço, & defensão do Reyno, & concelhos, mas com as censuras se perturbauão os officiaes, & descompunhaõ as companhias das ordenanças, & fronteiras, por quanto os julgadores, & Capitaes intimidados com a violencia dos procedimentos

desistirão

desistiraõ de os obrigarem, & outros grandes escandalos que se seguiaõ contra meu seruiço, & bem do Reyno, pedindo remedio conueiente a esta perturbação: & querendo Eu hora nisso prouer, como conuem ao seruiço de Deos, & meu, & bem da justiça, quietação, & sossego do Reyno, & que de maneira se obseruem os ditos priuilegios nas pessoas, & casos que lhẽ são concedidos, que cessẽ os ditos excessos, & escandalos. Sendo tudo visto, & consultado por meu mandado no meu Dezembargo do Paço, conformandome com seu parecer, & com o que està disposto por direito, & minhas leys, & Ordenações, costume, & Assentos. Hey por bem declarar, & mandar, como o faço, que se guarde inteiramente a Ordenação do liuro segundo, titulo vinte & cinco dos priuilegios concedidos aos lauradores, & cazeiros dos Mosteiros, não gozando do dito priuilegio se não aquelles, que continuamente viuerem em suas quintas, & a principal parte da vida se governão pella lauoura dellas, sem viuer de outro mister, nem grangearia de seus bens proprios, conforme a dita Ordenação, & que conforme a extrauagante da reformação da justiça do paragrafo septimo, nenhũ cazeiro, nem outra pessoa secular tem priuilegio de foro Ecclesiastico da dita Religião no ciuel, nem crime, saluo os criados actuais dos Comendadores, constando perante minhas Iustças, que domesticamente os seruem, & em quanto actualmente os seruirem, & isto nos crimes somente, que estando em seu seruiço foraõ cometidos, & não no ciuel. E outrossi, que conforme a direito, costume, & assentos, & resoluções gerais, & particulares aos Iuizes, & Conseruadores Ecclesiasticos da dita Religião, não compete defender per censuras, nem entremeterse na obseruancia, & guarda dos ditos priuilegios de pessoas seculares, por me pertencer a mi, & aos senhores Reys meus progenitores, que os cõcederaõ, & a meus Ministros, & Relações a interpretação, guarda, & obseruancia daquelles, que são concedidos a meus vassallos de estado secular, sendo por mi confirmados, & que de minha concepção, ou confirmação recebem vigor. E hey por bem, que com os taes priuilegiados, que impetrarem, ou não impedirem as inhibitorias, & censuras passadas sobre os ditos priuilegios, contra meus Ministros, sem licença, & prouisaõ minha, se guarde o que està disposto na Ordenação lib. 2. titulo 14. & excedendo os ditos Conseruadores a dita sua jurisdicção, como em cousa assentada, & resoluta, requeira o Procurador de minha Coroa, que se proceda na forma de dereito, & Ordenação lib. 2. titul. 6. §. 6. & costume reduzido a escrito, intentando elles, & não desistindo dos ditos procedimentos sobre os ditos priuilegios,

legios, dos quaes lhes não passaraõ as cartas os ditos Conseruadores, (como sou informado que fazem) com penas, & censuras, por lhe não estar concedida, nem aueriguação das pessoas, nem dos priuilegios. Pello que hey por bem, que na forma que para gozarem de seus priuilegios se passaõ cartas aos caseiros, & priuilegiados dos Dezembargadores fidalgos, & captiuos, & outros com o theor dos ditos priuilegios declarados, & outorgados na Ordenação, & seus Regimētos se passem taõ-bem aos ditos priuilegiados pera poderem gozar delles, & por não estarem aueriguados, & reduzidos a Regimento, Mando que na Mesa do Dezembargo do Paço, (ouuido o Procurador da Coroa, & da Religião) se forme o dito Regimento dos ditos priuilegios por my, & pellos senhores Reys meus antecessores confirmados, com o theor dos quaes se passaraõ as cartas às pessoas a que pertencerem per justificação feita no luizo da Coroa, que se registrarão no liuro que nelle auerá, & nas Camara, pera se lhes guardarem em quanto lhes pertencerem. E mando ao Regedor da Casa da Supplicação, & Governador da Casa do Porto, & aos Dezembargadores das ditas casas, & a todos os Corregedores, Prouedores, Ouuidores, Iuizes, & Iustiças destes meus Reynos, & senhorios, que cumprão, & guardẽ, & fação inteiramente cumprir, & guardar esta ley, como nella se contem; E mando ao Chancelher mór a faça logo publicar na Chancellaria na forma que nella se custumaõ publicar semelhantes leys, & sob meu final; & sello mandarã passar as copias aos Corregedores, Prouedores, Ouuidores, Iuizes, & mais Iustiças destes meus Reynos, & Senhorios, aos quaes mando, que tanto que a receberem, a fação logo publicar em suas Comarcas, & destritos, pera que possa vir à noticia de todos: a qual se registrará nos liuros do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Relação do Porto, onde semelhantes leis se custumaõ registrar; & hey por bem que valha como se fosse carta feita, & assinada em meu nome. Dada ua cidade de Lisboa a 9. de Iulho. Balthesar Gomez a fez anno do Nascimento de nosso Senhor Iesu Christo de 1641. Balthesar Rodriguez de Abreu o fez escreuer. R E Y.

Sobre os muitos priuilegiados, & Conseruadores delles.

TEmseme representado, que resulta grande prejuizo à boa administração da Iustiça dos muitos priuilegiados particulares, que ha neste Reyno com Iuizes priuatiuos, que conhecem delles, & os fazem guardar. O Dezembargo do Paço, tomadas todas as informações necessarias sobre esta materia, & fazendo relação por menor de todos os pri-

uilegios,

uilegios, & de como se procede na conseruação delles, me consulte o que parecer que em razão de justiça, & bom gouerno se pode prouer. Em Lisboa a 20. de Abril de 641.

Extinção de Conseruadores. 26. de Junho 641.

SVA Mag. tem declarado à margem de hũa consulta que se lhe fez pello Conselho da fazenda, sobre materia do contrato do tabaco, que tinha mandado que se extinguissem as conseruatorias. FERNÃO GOMEZ DA GAMÁ. Passada em 26. de Junho de 1641. O mesmo tem S. Mag. concedido no cap. 18. da Nobreza, & cap. 21. dos Pouos. cap. 10. do Ecclesiastico.

*QUE NINGUEM TO ME POSSE DOS BENS
dos confiscados, & a Coroa, & fisco fique reposto na posse, &
estado em que estauão. Março 1642.*

DOm João por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues, daquem, & dalem mar, em Africa, senhor do Brasil, de Guiné, & da conquista, nauegação, & comercio, de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India. Faço saber aos que esta minha cartavirem, q eu tenho entédido, q algũas pessoas cõ ocazião de ficarẽ como vacãtes os bẽs, & rendas dos cõdenados por crime de lesa Magestade, & fugidos pera Castella, & de outros q faleceraõ, ou sẽ se saber delles; Se forãõ meter apressadamẽte de posse de muitos dos ditos bens da Coroa, capellas, & herdades, com pretexto de lhes pertencerem, ocupandoos antes que se sequestrassem, & se tomasse posse por parte da Coroa; & agora fundandose em que a tomaraõ primeiro, sem mais direito, daõ auções de força, dizendo que forãõ esbulhados da posse que tinhaõ antes da que se tomou pella Coroa, & não são obrigados a mostrar outro titulo, ou direito; & porque dandose lugar a esta introdução, se apoderará quem quizer do que pertence à Coroa. Hey por bem de declarar, & mandar, que se entenda, & pratique; Que a Coroa, & fisco ficaõ na posse em que estauão os confiscados, fugidos, ou mortos dos bens que possuiaõ; & que as pessoas que pertenderem nelles direito, os peçaõ aff. da maneira que os auiaõ de demandar aos ditos possuidores, em que se lhe fará justiça, sem se valer da occupação que fizerem, ou ouuerem feito, mais que do direito que contra os ditos possuidores lhes competia; E mando ao Regedor da Casa da Supplicação, & Gouer-

nador da Casa do Porto, & aos Dezembargadores das ditas Casas, & a todos os Corregedores, Ouvidores, Iuizes, & mais Iustiças de meus Reynos, & Senhorios, que cumprão, & guardem, & fação inteiramente guardar esta minha ley, como nella se contem; pelloque mando ao meu Chancelher mór a faça logo publicar na Chancellaria na forma que nella se custumaõ publicar semellantes leys, & sob seu final, & meu sello mandarà, & passará a copia della aos Corregedores, Prouedores, Ouvidores, Iuizes, & mais Iustiças dos ditos meus Reynos, Balthesar Gomez a fez em Lisboa aos vinte de Março de 1642. Balthesar Rodriguez de Abreu o fez escreuer. R E Y.

*DECRETO DE S. MAG. PARA QUE NINGUEM
saia do Reyno sem licença; nem por via do Reyno, ou de outro estranho
mande, ou leue dinheiro, ou fazendas a Castella.
3. de Janeiro 642.*

Enho prohibido sob graues penas per lei feita em 19. de Dezembro do anno passado de 640. que nenhũa pessoa se pudesse sair destes meus Reynos pera os de Castella, nem leuar, ou mandar bens alguns paraelles. Chegou agora a minha noticia que por via de França, Frandes, & Inglaterra, & de outras partes, se remetiaõ fazendas, dinheiro, & creditos, & letras pera o procedido destas cousas se leuar das ditas partes a Castella, & se entregar a algũas pessoas das que de presente la residem, assi naturaes destes Reynos, como estrangeiros; o que he em fraude da lei referida, & muito em prejuizo de meu seruiço; Pelloque mando, que nenhũa pessoa de qualquer qualidade, ou condição que seja, se possa hir destes Reynos pera nenhũa parte fora delles, sem expressa licença minha, nem leuar, nem mandar dinheiro algum, fazendas, letras, nem creditos pera lá se dar dinheiro, ou fazendas algũas sem a tal licença, sob as penas de confiscação, & morte declaradas na dita lei. E peraque melhor se atalhem estes descaminhos, Mando outrossi a todãs as pessoas, que tiuerem noticia disto, o denunciem logo a minhas Iustiças, & fazendoo certo, aueraõ ametade das fazendas dos culpados, & do dinheiro, & cousas assi remetidas; & não o fazendo assi, encorreraõ nas mesmas penas de confiscação, & morte, impostas na dita lei, como se foraõ compli no mesmo delito; pera o que hei por nulos, & de nenhum vigor todos os contratos, & obrigações que sobre isto em outra forma se fizerem, paraque

por

por elles, ou pello ditos creditos, & letras se não possa pedir o contheu-
do nelles em juizo, nem fora delle em algũa maneira. Nesta conformi-
dade se passe logo lei pello Dezembargo do Paço com todas as clausulas
custumadas, & ordem pera se publicar em todas as partes, & me venha
a assinar. Em Lisboa a 31. de Janeiro de 1642.

Sobre o mesmo.

O Dezembargo do Paço faça lei, que me virá a assinar, porque se
prohiba com as penas de desnaturamento, & as mais que pare-
cer, que pessoa algũa de qualquer estado, qualidade, & condi-
ção que seja não saia fora deste Reyno sem licença, & passaporte firma-
do por my, porque do contrario se seguem no tempo presente a meu
serviço os danos que facilmente se deixão considerar. Em Lisboa 28.
de Agosto de 645. R E Y.

*Contra Miguel Soarez clérigo homicida, enforcado em estatua, & mal castigado,
leuado ao Brasil, desnaturado por bem da justiça.*

E V EL REY faço saber aos que este Aluará virem, que
auendo visto o que me representou por sua petição Maria
de Britto, viuua de Diogo Lobo, Capitão mór que foi da
Villa de Abiul, acerca de Miguel Soarez, que por ordem
minha foi preso no Aljube da cidade de Coimbra, pella
culpa que contra elle resultou da morte do dito Diogo Lobo, feita atrof-
mente a treição, & aleiuosamente pello dito Miguel Soarez, o qual anda-
ua liurementemente pella dita Cidade intimidando os officiaes da justiça, pera
ella a não poder conseguir; E o que por parte do dito Miguel Soarez me
foi representado, que pello dito caso da morte estaua sentenciado pello
Juiz Ecclesiastico da mesma cidade de Coimbra em seis annos de de-
gredo pera o Brasil, pedindome o mandasse soltar da prisão em que por
meu mandado está, pera poder hir cumprir o dito degredo; E visto o
que sobre tudo me constou, & reposta do Procurador de minha Coroa.
Heyper bem que no dito Miguel Soarez se execute logo a sentença da-
rogeral de Coimbra, & que da prisão em que ordenei
Brasil; & pella falta de castigo cōdigno em delito
andalo publico, com que despois de estar man-
foi ordenar a Castella com Reuerendas fal-
o O hei por desnaturado de meus Rey-

nos,

nos, & priuado das temporalidades que nelles tem, & que não torne a elles em nenhum tempo; o que assi hei por bem, por apartar de meus Reynos, & vassallos semelhantes malfeitos; por bem publico, quietação, & demonstração na falta de justiça, & castigo condigno. Pelloque mando ás Iustças, & pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, que cumpraõ, & guardem este Aluará, como nelle se contem. E ao Corregedor da cidade de Coimbra, que pellos ministros que lhe parecer, sendolhe entregue, o faça trazer a bom recado a esta Corte a sua custa, pera della ser embarcado pera o dito degredo. Manoel do Couto o fez em Lisboa a 2. de junho de 1645. Hyacinto Fagundez Bezerra o fez escrever. R E Y.

07-91

CE

P2537

1645

1

1-512E